



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2013

26 de março de 2013

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	4
III.	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV.	CONVITE	6
V.	REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	7
VI.	INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA	10
VII.	ANEXOS	21
	ANEXO A	22
	MODELO DE PROCURAÇÃO	22
	ANEXO B	24
	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	24
	ANEXO C	78
	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	78
	ANEXO D	85
	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013	85
	ANEXO E	86
	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL	86
	ANEXO F	101
	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	101
	ANEXO G	119
	INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 56 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	119
	ANEXO H	152
	DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS	152
	ANEXO I	153
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	153

I. INTRODUÇÃO

O presente manual (“Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 26 de abril de 2013 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2013.

II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Temos a satisfação de apresentá-los a este Manual preparado com o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”), bem como pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

Informamos que, para instalação de cada Assembleia, será necessário um quórum específico, sendo no caso (i) da Assembleia Ordinária, a presença de, pelo menos, 25% do capital votante da Companhia; e (ii) da Assembleia Extraordinária, de, pelo menos, dois terços do capital votante da Companhia. Caso qualquer quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará apenas a instalação da Assembleia Ordinária ou a nova data para a realização das Assembleias em segunda convocação. Nessa ocasião, a tanto a Assembleia Ordinária quanto a Assembleia Extraordinária poderão ser instaladas com a presença de, pelo menos, um acionista.

A Companhia poderá ter conhecimento prévio da existência de um quórum suficiente para a instalação de cada Assembleia logo em primeira convocação com pelo menos 72 horas de antecedência ao início da Assembleia.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente após a migração para o Nível 2 de Governança Corporativa, quando esperamos maior participação dos acionistas.

O Manual da Companhia foi elaborado para que nossos acionistas tenham facilidade de acesso às informações pertinentes à Assembleia.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia, buscando sempre aprimorar nossos canais de comunicação.

Atenciosamente,

Dennis Braz Gonçalves

Diretor Presidente

III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Forjas Taurus S.A., convocada nesta data para o dia 26 de abril de 2013, às 9h, na sede da Companhia, localizada na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-o com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois depois de quase dois anos de consolidação da reestruturação societária que levou à migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA realizada em 07 de julho de 2011; de aquisições locais e internacionais consistentes com a visão de futuro da Administração, podemos dizer que a Companhia ingressa em uma nova fase em 2013.

Fase esta que podemos chamar de SUPERANÇA de desafios, de metas e de objetivos estratégicos, com o aperfeiçoamento contínuo de suas ferramentas de gestão.

O resultado do exercício foi positivo, com receita crescendo 13,4%, EBITDA 9,2% superior e lucro líquido 12,2% acima de 2011, em um momento de instabilidade na economia local e internacional.

Distribuímos 35% do lucro líquido disponível aos acionistas na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, da ordem de R\$ 16,7 milhões, ou R\$ 0,129357657 por ação ordinária e preferencial, pagos semestralmente, conforme previsto em nosso Estatuto Social.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Diretor Presidente, da Diretora de Relações com Investidores e demais Diretores, além de representante dos Auditores Externos, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Contamos com sua presença.

Obrigado por sua atenção,

Luis Fernando da Costa Estima
Presidente do Conselho de Administração

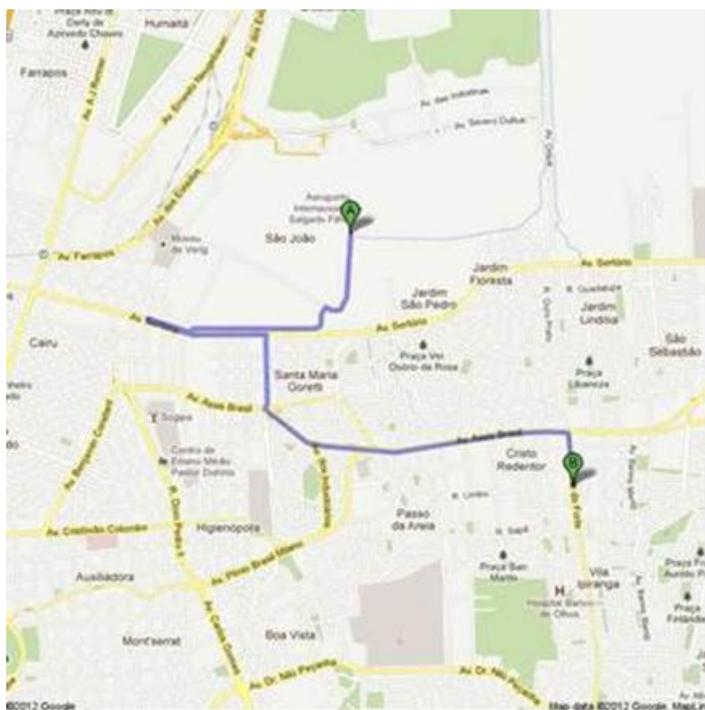
IV. CONVITE

DATA: 26 de abril de 2013

HORÁRIO: 9:00 horas

LOCAL: Sede social da Companhia, localizada na Av. do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS – Brasil

MAPA: Indica o percurso do Aeroporto Internacional Salgado Filho até a Companhia:



MATÉRIAS: **Em Assembleia Ordinária:** (1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras Anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; (2) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a ratificação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio; (3) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2013; (4) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (5) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2013; (6) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (7) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2013. **Em Assembleia Extraordinária:** (1) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do parágrafo único do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia para refletir as disposições do Regulamento da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA em vigor.

V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a quatro dias contados da data prevista para a realização da Assembleia; ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e
- (iii) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do art. 126, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (“Lei das S.A.”), desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado e do ato que investe o representante dos poderes necessários).

Observações:

(1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iii” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove

a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como a advogada Simone Tais Baguinski da Companhia caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade dos mesmos, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 23 de abril de 2013, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Edair Deconto, Felipe Gaspar Oliveira, Guilherme Palhares ou Doris Wilhelm); por e-mail para ri@taurus.com.br, doris.wilhelm@taurus.com.br; ou, ainda, para o seguinte endereço:



Forjas Taurus S.A.

Avenida do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP 91360-000

Porto Alegre, RS - Brasil

A/C Diretoria de Relações com Investidores

Doris Wilhelm

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos e informações referidos (i) no Artigo 133 da Lei das S.A., no Artigo 25 da Instrução CVM 480, e nos Artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM 481, relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Ordinária; e (ii) no artigo 11 da Instrução CVM 481, relacionados à matéria objeto da ordem do dia da Assembleia Extraordinária, estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e na seção de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br/ri).

VI.I Assembleia Ordinária

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Ordinária anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável; e
- (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, conforme o caso.

Ademais, a Assembleia Ordinária deve também fixar o montante global da remuneração dos administradores, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. e do §1º do art. 10 do Estatuto Social da Companhia.

VI.1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu

Conselho de Administração. Após a opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por cinco documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- (iii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- (v) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

VI.1.A. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Para fins de cumprimento do art. 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 26 de março de 2012, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2013;
- (vii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (viii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e

- (ix) comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “viii” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2012 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S (“E&Y”) (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

VI.1.B. Auditoria pelos Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada cinco anos. Por este motivo, as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 passaram a ser auditadas pela E&Y, em substituição à KPMG, responsável por auditar os exercícios sociais de 2007 a 2011.

Após a verificação dos registros da Companhia, a E&Y emitiu parecer aprovando sem ressalva as Demonstrações Financeiras, divulgado por meio do Sistema de Informações Periódicas – IPE.

VI.1.C. Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2012 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2012.

VI.2. Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a ratificação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio

O Resultado do Exercício da Companhia é obtido pelo cômputo das receitas e rendimentos ganhos no período, bem como dos custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. Deste resultado, são deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Em seguida, no caso de ser assegurado aos acionistas no exercício social em referência o dividendo obrigatório previsto no art. 37, §1º do Estatuto Social da Companhia, é deduzida, ainda, uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício resultante das deduções acima apresentadas, quando houver lucro existente, sendo que tal proposta deverá observar as seguintes regras, de acordo com os Arts. 36, 37 e 38 do Estatuto Social da Companhia e da legislação em vigor:

(i) antes de qualquer outra destinação, no mínimo 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das demais reservas de capital, exceder de 30% do capital social;

(ii) em seguida, serão consideradas as importâncias destinadas à formação da reserva para contingências, à reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores e à formação da reserva de incentivos fiscais;

(iii) do lucro líquido ajustado conforme itens acima, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 35%, que deverá ser paga semestralmente;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no item anterior, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso (saldo remanescente do lucro líquido ajustado) à constituição de reserva de lucros a realizar.

(v) a parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções acima previstas poderá ser total ou parcialmente atribuída, por proposta da Administração, como: (v.1) Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral, sendo certo que o saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado; (v.2) retenção de lucros, quando, por proposta da Administração, a Assembleia Geral aprovar referida retenção, baseada em orçamento de capital também aprovado pela Assembleia Geral; ou (v.3) dividendo suplementar aos acionistas.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia.

O lucro líquido da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, após deduções das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social e das participações estatutárias, foi de R\$41.910 mil (em 2011, o lucro líquido correspondeu a R\$37.300.000,00).

O Anexo C contém a proposta dos Administradores para a destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 9º e conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.

De acordo com as informações constantes do Anexo C, o montante global de dividendos e juros sobre capital próprios propostos para o ano de 2012 é de R\$16.684 mil (R\$0,129357657 /ação ordinária e preferencial), sendo que (i) o montante de R\$4.164 mil (R\$0,07/ação ordinária e preferencial) foi declarado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2012 e creditado em 21 de novembro de 2012 a título de dividendos intermediários; (ii) o montante de R\$4.164 mil (R\$0,032285142/ação ordinária e preferencial) foi declarado em Reunião do Conselho de Administração em 19 de novembro de 2012 e a ser creditado até 26 de maio de 2013, na forma de crédito de juros sobre o capital próprio; e (iii) o montante remanescente de R\$3.492 mil (R\$0,03/ação ordinária e preferencial) foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2013 e será submetido à Assembleia Ordinária, devendo os dividendos, caso aprovados ad referendum pela Assembleia Ordinária, ser creditados até 26 de maio de 2013.

A destinação ora proposta encontra-se devidamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria, tendo sido formulada em conformidade com as obrigações legais e estatutárias da Companhia, perseguindo rigorosamente a finalidade máxima constante do seu objeto social. Ademais, referida proposta contou com aprovação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal.

Farão jus a estes dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 16 de agosto de 2012 (relativamente ao 1º semestre de 2012), em 19 de novembro de 2012 (relativos período entre 1º de julho a 30 de setembro de 2012), data em que foram creditados nos registros contábeis da

Companhia, e 26 de abril de 2013 (relativamente ao saldo dos dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012). As Ações ficaram ex-dividendos em 17 de agosto de 2012 no que se refere à antecipação realizada sobre o resultado do 1º semestre de 2012, ex-juros sobre capital próprio em 21 de novembro de 2012 no que se refere à 2ª distribuição semestral, e ficarão ex-dividendos em 27 de abril de 2013 no que se refere ao pagamento do saldo dos dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012). Os dividendos intermediários relativos ao 1º semestre de 2012 foram pagos a partir de 21 de novembro de 2012, os juros sobre capital próprio relativos ao período entre 1º de julho a 30 de setembro de 2012 serão pagos a contar de 26 de maio de 2013, e o saldo dos dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 será pago em 26 de maio de 2013, em todos os casos, sem remuneração ou atualização monetária.

VI.3. Examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2013

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2012, notadamente seu item 27 (*orçamento de capital*), a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A este respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2013 e suas fontes de recursos.

VI.4. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

O Conselho de Administração é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas na Seção II do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por sete membros efetivos, eleitos pela Assembleia Ordinária, todos com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio de dois sistemas de votação, quais sejam:

- (i) votação por chapa; ou
- (ii) processo de voto múltiplo.

VI.4.A. Votação por Chapa

A votação por chapa é o sistema ordinário de eleição de membros do Conselho de Administração. Nesse caso, vota-se em bloco para todos os cargos e o grupo que obtiver a maioria dos votos da assembleia torna-se vitorioso e todos os cargos do conselho são preenchidos pelos membros integrantes de sua chapa.

Nos termos do §1º do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, será assegurado aos acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), o direito de eleger até dois membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham a maioria dos respectivos membros. O preenchimento dessas vagas por acionistas não-controladores observará o disposto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações., especialmente em seu artigo 141, sumarizado nas seguintes seções: “Processo e Voto Múltiplo” e “Votação em Separado”.

VI.4.B. Processo de Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao Acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos acionistas votam simultaneamente.

VI.4.C. Legitimados e Prazo para Requerer a Adoção do Voto Múltiplo

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que o façam por pedido escrito, à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral.

VI.4.D. Votação em Separado

Além da utilização do processo de voto múltiplo, no caso de companhias com Acionista Controlador definido, a lei garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de um membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de Acionistas: (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Ordinária que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% do capital social com direito a voto; e (ii) Acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia Ordinária, que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% do capital social total.

O acionista controlador não participa dessa votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de minoritários presentes que desejem participar dessa votação.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agrupar suas ações e eleger, conjuntamente, um membro efetivo do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social total.

Somente poderão exercer o direito a votação em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Ordinária.

VI.4.E. Eleição que Cumule o Processo de Voto Múltiplo com o Voto em Separado

Importante notar que tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o Acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um Acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado assegure(m) a eleição por acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), de apenas um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, será assegurado a estes acionistas não-controladores o direito de eleger mais um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os acionistas não-controladores que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. garante a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais Acionistas (§ 7º do art. 141 da Lei das S.A.). Para tanto, o Acionista Controlador poderá eleger conselheiros além do número máximo de Conselheiros previsto no Estatuto Social.

VI.4.F. Candidatos Indicados pela Atual Administração da Companhia

O Anexo E traz a lista dos candidatos indicados ou apoiados pela Atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481, com a inclusão dos itens 12.6 a 12.10 do FRE – Formulário de Referência.

VI.5. Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2013

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2013, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

A Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2013, incluindo Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração, totaliza até R\$14.400 mil, assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$3.992,1 mil do Conselho de Administração; e (ii) remuneração fixa de R\$4.107,9 mil, mais a remuneração variável de até R\$ 4.107,9 mil, além dos benefícios e encargos da Diretoria Estatutária, no valor de R\$ 10.407,9 mil.

VI.6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo E contém as informações sobre os candidatos indicados pela Atual Administração da Companhia para o Conselho Fiscal, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481 e conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

VI.7. Examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2013

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$418.176,00 mil.

VI.II ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Companhia pretende promover a realização de uma Assembleia Extraordinária, nos termos do art. 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre a proposta de alteração ao parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as disposições do Regulamento da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA, em vigor desde 26 de outubro de 2011.

O Anexo G contém a proposta dos Administradores para a alteração do parágrafo único do art. 56 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do art. 11º da Instrução CVM 481.

VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo I, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	Modelo de Procuração	-
Anexo B	Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	Artigo 9º Inciso III da Instrução CVM 481, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.
Anexo C	Proposta de Destinação do Lucro Líquido	Artigo 9º e Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481.
Anexo D	Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2013	Artigo 196 da Lei das S.A. e item 27 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2012.
Anexo E	Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo F	Proposta de Remuneração dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal	Artigo 12 da Instrução CVM 481 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo G	Informações sobre a proposta de alteração do parágrafo único do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia	Artigo 11 da Instrução CVM 481 e disposições do Regulamento da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA, em vigor desde 26 de outubro de 2011.
Anexo H	Demais informações e documentos	Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
Anexo I	Editais de Convocação	Edital de Convocação para a Assembleia.

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 26 de março de 2013.

DENNIS BRAZ GONÇALVES
Diretor Presidente

DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM
Diretora de Relações com Investidores

*_*_*

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador a Sra. Simone Tais Baguinski, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o n° 53.825 e no CPF n° 900.631.710-15, com endereço profissional na Av. do Forte, n° 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2013, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Ordinária:

(1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras Anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(2) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a ratificação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(3) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2013

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(4) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

(5) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2013

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(6) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

(7) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2013

Aprovação Desaprovação Abstenção

Em Assembleia Extraordinária:

(1) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do parágrafo único do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia

Aprovação Desaprovação Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2013

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31-12-12

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda da SM Metalurgia Ltda. (“SML”), sociedade constituída com o fim específico de alienar os ativos de sua controladora Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), localizada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda. (“RPL”), empresa brasileira sediada na cidade de Porto Alegre (RS) e pertencente ao Grupo SüdMetal, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A operação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Taurus realizada em 20 de junho de 2012 e teve sua contabilização e valores foram informados no balanço do 2º trimestre de 2012 da Companhia.

A alienação já era prevista pela Administração da Taurus e estava alinhada com a estratégia de focar nos principais negócios da Companhia, atualmente segmentados em Defesa e Segurança e em Metalurgia e Plásticos, visando o cumprimento das metas de curto e médio prazo, com o objetivo de maximizar o retorno do acionista.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo a receber pela venda das operações da SML está registrado da seguinte forma:

	<u>2012</u>
Valor da venda	115.350
Atualização monetária do contrato	<u>3.223</u>
Total	<u>118.573</u>
Circulante	<u>2.174</u>
Não circulante	<u>116.399</u>

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

2010: O endividamento total da Companhia, considerando o somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$539,3 milhões, representando um índice de endividamento de 1,17, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido de R\$460,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O retorno sobre o capital social no exercício de 2010 foi de 35%.

Em 08 de junho de 2010, a Companhia captou R\$103 milhões por meio da 1ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, em série única, correspondendo a 10.300 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI + 4,1%.

Em 31 de dezembro de 2010, havia um saldo de debêntures de R\$105,2 milhões, assim distribuídos: 30,7% no curto prazo e 60,3% no longo prazo. A captação tinha como objetivo assegurar a liquidez da Companhia, sendo que, na 1ª emissão, o valor nominal unitário tinha que ser pago em sete parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011.

A dívida líquida da Companhia atingiu R\$174,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função das disponibilidades no montante de R\$ 191,3 milhões. As disponibilidades são suficientes para fazer frente a eventuais necessidades de liquidação de compromissos com fornecedores, pagamento de empréstimos ou financiamentos.

A liquidez geral, considerado o quociente entre o ativo total e o passivo total subtraído do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010 era de 1,3 e a liquidez circulante, considerada o quociente do ativo circulante pelo passivo circulante, de 2,4 e o grau de endividamento sobre recursos totais de 53,9%.

2011: O somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$ 801,4 milhões, representando um índice de endividamento de 2,5, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido de R\$325,2 milhões em 31 de dezembro de 2011.

O aumento no endividamento total, da ordem de R\$262,1 milhões em 2011, foi decorrente (i) da dívida da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., que passou a ser controlada pela Companhia em decorrência da Reestruturação Societária, aprovada em 27 de maio de 2011 em AGE/AGESP, e como parte da estratégia de criação de dois segmentos de negócios: Defesa e Segurança e Metalurgia e Plásticos; e (ii) da 2ª emissão de debêntures.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, foi reduzido em R\$135,3 milhões, em função da Reestruturação Societária, que, apesar do aumento de capital verificado, absorveu R\$132,8 milhões de reserva para investimentos, oriunda da reserva de lucros, R\$41 milhões de transações de capital, além do pagamento do reembolso dos acionistas dissidentes.

Consequentemente, os índices gerais de endividamentos da Companhia em 2011, sofreram alterações, quando comparados ao exercício de 2010, bem como o retorno sobre o capital social, que ficou em 14,5%, inferior ao verificado em 2010.

O endividamento bancário consolidado de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$544,5 milhões, sendo 42,9% no curto prazo e 34,9% denominados em moeda estrangeira. A dívida bancária era composta por: (i) capital de giro; (ii) FINAME e FINEP; (iii) BNDES-PEC; (iv) FNE; e (v) FINIMP; e (vi) financiamento para aquisição de imobilizado, concentrando 65,1% da dívida total em moeda local.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, no valor nominal total de R\$50 milhões em série única, correspondendo a 200 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI +2,8%.

Em 31 de dezembro de 2011, havia um saldo de debêntures de R\$125,3 milhões, assim distribuídos: 60,5% no curto prazo e 39,5% no longo prazo. Para a 2ª emissão, o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 24 meses, iniciado em 23 de agosto de 2013.

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2011 atingiu R\$364 milhões, em função das disponibilidades no montante de R\$ 180,5 milhões. As disponibilidades são suficientes para fazer frente a eventuais necessidades de liquidação de compromissos com fornecedores, pagamento de empréstimos ou financiamentos.

A liquidez geral em 31 de dezembro de 2011 era de 1,0 e a liquidez circulante de 1,6 e o grau de endividamento sobre recursos totais de 71,1%.

Tendo em vista que havia a expectativa de liquidação antecipada da 1ª emissão das debêntures ainda no exercício de 2012, o saldo de 75.232 debêntures foi contabilizado no passivo circulante, o que em um primeiro momento levou o índice de liquidez corrente (circulante) para 1,6 em 31 de dezembro de 2011 contra 2,4 em 31 de dezembro de 2010. A contabilização das debêntures de primeira emissão foi modificada a partir do terceiro trimestre de 2012, no qual houve a sinalização por parte dos debenturistas de que não haveria liquidação antecipada das obrigações. A forma de cálculo dos índices se manteve).

As duas emissões de debêntures trouxeram para a Companhia alguns compromissos (*covenants*), tendo sido realizada uma Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão em 20 de setembro de 2011 para alterar os índices financeiros mínimos de Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,25 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas igual ou superior a 2,75 vezes, mediante pagamento de prêmio pela Companhia, no valor de 0,6% sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Dívida Líquida/EBITDA foi de 2,78 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas foi de 2,75 vezes. Todas as condições restritivas e cláusulas relativas às Escrituras Públicas das Debêntures são adequadamente monitoradas e atendidas pela Companhia.

Como evento subsequente ao exercício de 2011, em linha com a preocupação em ampliar a Governança Corporativa, após a listagem no nível 2 da BM&FBOVESPA em julho de 2011, bem como visando contribuir com a estratégia voltada para a gestão financeira alinhada com a gestão operacional, ambas com foco corporativo, foram criados em 23 de fevereiro de 2012 três Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração, antecipando uma tendência, uma vez que não são obrigatórios pela regulamentação do mercado de capitais no Brasil. O três comitês são: (i) Comitê de Gestão e Governança Corporativa; Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas; e Comitê de Auditoria e Riscos.

2012: O somatório do passivo circulante e do passivo não-circulante consolidado da Companhia totalizava R\$902,8 milhões, representando um índice de endividamento de 2,5, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido de R\$360,9 milhões em 31 de dezembro de 2012.

O endividamento bruto consolidado foi de R\$680,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, superior aos R\$ 532,8 milhões de 31 de dezembro de 2011, com adição de R\$148 milhões, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro; e (ii) investimentos na modernização do parque

fábrica. Entretanto, em relação à posição financeira de 30 de setembro de 2012, a dívida bruta caiu 5%, totalizando R\$ 718,6 milhões, com redução de R\$ 37,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, havia um saldo de debêntures total de R\$94,7 milhões contra R\$125,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, assim distribuídos: 40,3% no curto prazo e 59,7% no longo prazo. A liquidação final da 1ª emissão de debêntures ocorrerá em abril de 2014, sendo devidas duas parcelas de amortização ao longo de 2013, uma em abril e outra em outubro. Para a 2ª emissão de debêntures, o valor nominal unitário a ser pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 24 meses, terá início a contar de 23 de agosto de 2013. No final de 2011, havia a intenção inicial de resgate antecipado, que não foi possível em função do elevado prêmio exigido pelos detentores destes títulos quando da negociação ao longo de 2012, uma vez que as debêntures apresentam rentabilidade atrativa.

A dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 500 milhões, com queda de 6% no saldo em 31 de dezembro de 2012 sobre 30 de setembro de 2012, já começando a refletir, o plano de ação corporativo, visando à otimização de Capital de Giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumento na recuperação de impostos.

Como objetivo permanente da Companhia, buscamos o alongamento dos prazos de pagamento de nossa dívida. Com efeito, encerramos em 31 de dezembro de 2012 com 68% de vencimentos no longo prazo, em comparação aos 66% em 31 de dezembro de 2011 e aos 54% em 31 de dezembro de 2010.

O alongamento fica mais claro, quando analisamos os 3 últimos exercícios:

Empréstimos e Financiamentos	2010	2011	2012
Curto prazo	46%	34%	32%
Longo prazo	54%	66%	68%

Houve significativa melhora no alongamento do perfil da dívida nos três últimos anos. A redução da dívida de curto prazo foi um dos direcionadores da estratégia da Companhia para 2012, que consiste no alongamento da dívida e redução do custo médio do endividamento bancário.

Em 03 de abril de 2012, a Companhia finalizou a contratação de uma linha internacional de crédito, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2012, no valor de USD 75.000.000,00, com prazo de cinco anos e custos competitivos, como parte da estratégia de reforçar o processo de internacionalização da Companhia e como de ampliar o acesso ao mercado de capitais global, servindo de fonte de recurso para aquisições no exterior.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 foi acrescido em R\$35,6 milhões, em função do aumento nos lucros acumulados.

Os índices gerais de endividamentos da Companhia em 2012 sofreram alterações quando comparados ao exercício de 2011, bem como o retorno sobre o capital social, que ficou em 11,6% (lucro líquido sobre o patrimônio líquido), contra 11,5% verificado em 2011.

A liquidez geral em 31 de dezembro de 2012 era de 0,99 e a liquidez circulante de 1,7 enquanto que o grau de endividamento sobre recursos totais de 71,4%.

O endividamento bancário consolidado de curto e longo prazo (inclui apenas empréstimos e financiamentos + saques cambiais) em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$583,2 milhões, sendo 33,7% no curto prazo, com melhora no alongamento do perfil da dívida, quando comparado aos 37,3% no curto prazo em 31 de dezembro de 2011. Do endividamento bancário consolidado (incluindo apenas empréstimos e financiamentos) 52,8% era denominado em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 contra 57,3% em 31 de dezembro de 2011. Deste total, a composição é basicamente: (i) capital de giro em moeda local e estrangeira (ii) FINAME e FINEP; (iii) BNDES-PEC; (iv) FNE; (v) FINIMP; e (vi) financiamento para aquisição de imobilizado.

A redução da dívida de curto prazo foi um dos direcionadores da estratégia da Companhia para 2012, que consistia no alongamento da dívida e redução do custo médio do endividamento bancário.

Ao longo de 2012, a gestão financeira da Companhia e de suas controladas passou a ter mais ênfase na visão corporativa, com uma Política de Otimização do Capital de Giro que envolve todas as áreas (financeira, operacional e de suprimentos), visando maximizar e potencializar as oportunidades de captação e minimizar o custo financeiro buscando alternativas no mercado local e internacional. O fato de termos uma subsidiária integral nos EUA e sermos uma companhia exportadora facilita as operações internacionais. As metas de otimização do capital de giro incluem a redução dos estoques, melhorando os prazos dos financiamentos espontâneos (contas a pagar e a receber e os impostos a recuperar).

Devemos manter uma sólida base de capital para assegurar os investimentos em expansão orgânica ou inorgânica (por meio de aquisições) e fazer frente ao CAPEX de cerca de R\$90,2 milhões realizado em 2012 e aos cerca de R\$ 40 milhões aprovado como Orçamento de Capital para 2013 pelo Conselho de Administração *ad referendum* da próxima Assembleia Geral de Acionistas.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

2012: Como resultado do exercício do direito de retirada dos acionistas em função da Reestruturação Societária aprovada em 27 de maio de 2011, foram adquiridas ações em tesouraria em julho de 2011, as quais foram mantidas em tesouraria até a presente data.

A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

Participação percentual na Taurus			
	% ON	% PN	% Total

Acionistas			
Luis Fernando Costa Estima	22,65	0,05	7,58
Invespar Inv. e Part. Ltda.	21,15	0,00	7,05
Caixa de Previdência dos Func. BB - Previ	14,38	29,41	24,40
FIGI Fundo de Investimentos de Ações	8,61	0,90	2,91
Geração Futuro	7,17	19,30	4,91
Advis Fundo de Investimento em Ações	0	5,84	3,89
Outros	20,04	34,31	40,47
Ações em Tesouraria	6,00	10,19	8,79
TOTAL	100,00	100,00	100,00

2011: Em 4 de julho de 2011, data da primeira reunião do Conselho de Administração com os membros eleitos em virtude da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas da Companhia realizada em 27 de maio de 2011, a Administração da Companhia ratificou a Reestruturação Societária envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Polimetal”) (“Reestruturação Societária”) e a Companhia, deliberando sua concretização conforme segue:

- (i) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia ao patrimônio da Polimetal, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu a migração temporária dos acionistas não controladores da Companhia para a Polimetal;
- (ii) o resgate de 50.538.848 ações de emissão da Companhia, sendo 16.846.283 ações ordinárias e 33.692.565 ações preferenciais de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, sem redução de capital, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 165 milhões, para quitar dívida registrada no balanço patrimonial da Polimetal;
- (iii) a subsequente incorporação da totalidade das ações de emissão da Polimetal ao patrimônio da Companhia, com a conversão definitiva da Polimetal em subsidiária integral, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu o regresso da base acionária à Companhia; e
- (iv) a segmentação das atividades desenvolvidas pela Companhia em “Segmento Taurus” e “Segmento Polimetal”, a ser implementada por meio de futuro aumento do capital social da Polimetal, mediante a contribuição, pela Companhia, de ativos e participações referentes ao “Segmento Polimetal”, bem como a incorporação de outras companhias atuantes no “Segmento Polimetal”, atualmente controladas pela Companhia.

Alguns acionistas dissidentes não-controladores optaram pelo direito de recesso previsto na Lei 6.404/76, e, desta forma, foram adquiridas pela Companhia 9.965.702 ações para manutenção em tesouraria em função do reembolso aos acionistas que exerceram o direito de retirada, no montante de R\$32,9 milhões. Após o desdobramento e o grupamento de ações como parte da reestruturação, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2011 era de 12.436.107.

A estrutura societária da Companhia após a implementação da Reestruturação Societária, inclusive após o desdobramento e subsequente grupamento de ações, passou a ser a seguinte em 31 de dezembro de 2011:

2010: A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era a seguinte:

Participação percentual na Taurus			
	% ON	% PN	% Total
Acionistas			
POLIMETAL PARTICIPACOES SA	86,49	0,00	28,88
CAIXA PREVID FUNC DO BCO DO BR	0	29,41	19,59
GF FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES PROGRAMADO	0	22,64	15,08
LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA	7,41	0,06	2,51
OUTROS	6,10	47,89	33,94
TOTAL	100	100	100

Estrutura de Capital

2012: Em 31 de dezembro de 2012, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 28,6% recursos próprios e 71,4% de terceiros em 2012.

Nos três últimos exercícios os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros e de liquidez foram:

ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA	2010	2011	2012
Liquidez Corrente	2,4	1,6	1,7
Liquidez Seca	1,4	1,1	1,1
Endividamento Geral	32,5%	40,6%	53,2%
Composição de Endividamento de curto prazo	51,5%	58,1%	47,2%
Composição de Endividamento de longo prazo	48,5%	41,9%	52,8%
Margem Operacional	17,2%	16,3%	16,3%
Margem Líquida	11,5%	6,0%	6,0%
EBITDA	136.533	139.371	152.230
Margem EBITDA	22,4%	22,6%	21,7%
Rentabilidade Patrimonial (ROE)	15,3%	11,5%	11,6%
Retorno sobre Ativos (ROA)	7,0%	3,3%	3,3%

A estratégia da Companhia será a permanente busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando a médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia, que deverá a 2,5 X a dívida líquida pelo EBITDA.

2011: Com a implementação da Reestruturação Societária e a aplicação dos efeitos do desdobramento e subsequente grupamento, o capital social da Companhia de R\$ 257,8 milhões, passou a ser dividido em 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais.

Com a incorporação de ações da Polimetal, que consistiu na terceira etapa da Reestruturação Societária, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79, com a emissão de 11.883.512 ações, sendo 3.961.171 ordinárias e 7.922.341 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Ainda no âmbito da Reestruturação Societária, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 1º de julho de 2011, o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:29 com o subsequente grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 21:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais.

Considerando as unidades geradoras de caixa da Companhia e uma taxa de desconto para as mesmas, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimento em títulos patrimoniais e o risco sistemático de cada unidade, foi considerado o custo médio de capital da indústria onde atua de 11,01%, tendo como premissas uma relação dívida/patrimônio de 18,3% a uma taxa de juros de mercado de 8,58%.

O padrão de financiamento das operações da Companhia ficou em torno de 54% a 55% oriundo de recursos de terceiros nos exercícios de 2009 e 2010, tendo aumentado para 71% em função da reestruturação societária de julho de 2011, com a incorporação da Polimetal, que resultou em mudança temporária da estrutura de capital.

A estratégia da Companhia para 2012 foi o alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, visando a médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia, incluindo as operações locais e internacionais, que será uma relação intermediária entre a posição de recursos de terceiros de 2010 e 2011.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida consolidada circulante e não-circulante (considerando o passivo total) da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2012	2011	2010
Total do passivo	902.847	789.092	539.282
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	180.781	-162.226	-188.674
Dívida líquida (A)	722.066	626.866	350.608
Total do patrimônio líquido (B)	360.900	325.335	460.579
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	2,00	1,93	0,76

(i) hipóteses de resgate

Após a conclusão da Reestruturação Societária de 2011, quando houve resgate de ações, não há nenhum planejamento ou deliberação relativa ao resgate de ações ou quotas pela Administração ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2012 em comparação com 2011, índices bastante diferentes em função da Reestruturação Societária ocorrida em 2011, indicando capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros dentro das médias de situação financeira sólida, até porque a Companhia apresentava um histórico de baixa alavancagem financeira, resultados operacionais consistentes, com manutenções de margens e rígido controle de custos e adequação e controle aos *covenants* bancários e de emissão de títulos de dívida.

Tipicamente, a Companhia procura manter um volume de caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Com esta a nova estrutura acionária implementada em julho de 2011 e com a estratégia de alongamento da dívida, a Companhia mudou a sua estrutura de capital, modificando consequentemente os principais indicadores econômico-financeiros em 2012, em comparação à 2011 e mantém condições suficientes e capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 2010, a Companhia ainda mostrava composição de capital diferenciado, contando com índice de alavancagem, sendo este o quociente ente ativo total e patrimônio líquido, na ordem de 2,17

vezes, com participação de capital de terceiros na ordem de 105%, valor este abaixo do nível de 230% praticado em 2011.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio sobre mercadorias embarcadas (ACE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Emarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como, recursos próprios e retenção de lucros (reserva de lucros), vide item 10.1. deste formulário.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Conservadoramente, a Companhia buscou ampliar a sua liquidez em função da crise internacional, em especial na zona do Euro e em função da reestruturação societária. Foram realizadas duas emissões de debêntures em 2010 e 2011 no total de R\$ 153 milhões, conforme descrito no Item 10.1 deste formulário, tendo como objetivos alongar o perfil da dívida, fortalecer o capital de giro para o crescimento dos negócios e fazer frente a volatilidade do mercado cambial.

Além desta emissão, a Companhia pretende obter repasse de recursos diretamente junto ao BNDES para seus projetos de desenvolvimento de novos produtos e processos e vem analisando operações de alongamento de dívida e redução de custo financeiro no mercado local e internacional.

Linhas de captação internacional de longo prazo foram obtidas através da subsidiária integral americana nos EUA em 2012 e outras linhas especiais no mercado local.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e aval dos diretores. Os avais concedidos por diretores, pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas e controladora estão demonstrados na nota explicativa 22 – Partes relacionadas, das Demonstrações Financeiras.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias e determinam a manutenção

de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2012, todas estas cláusulas foram atendidas pelas Empresas Taurus.

Quanto aos contratos de empréstimos e financiamentos, termos e condições, assim como seus prazos, custos e moedas, destacamos:

	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Consolidado			
				2012		2011	
				Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil
Empréstimos bancários garantidos							
Capital de giro	R\$	CDI + 1,80 a 4,10% a.a.	2011-2013	169.010	166.389	102.700	84.948
Desconto de recebíveis	R\$	16,80% a.a.	2012	-	1.556	14.107	14.107
FINAME	R\$	TJLP + 1,00 a 7,00% a.a.	2011-2020	18.323	2.783	20.912	3.221
FINAME	R\$	4,50 a 5,50% a.a.	2011-2020	14.927	10.039	8.252	5.582
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a 2,00% a.a.	2012-2014	11.645	4.223	29.601	13.855
FINEP	R\$	5,00 a 5,25% a.a.	2017	56.337	42.058	8.008	3.866
BNDES-PEC	R\$	12,90% a.a.	2013	-	-	10.000	6.112
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	2.845	2.854	-	-
BNDES Progeren	R\$	TJLP + 4,00% a.a.	2015	31.977	32.883	-	-
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	9.828	9.806	9.871
Capital de giro	USD	Libor + 0,79 a 4,80% a.a.	2011-2017	60.000	135.553	28.000	45.033
Capital de giro	USD	3,32 a 9,87% a.a.	2016	68.849	136.448	68.078	128.399
Financiamento aquisição	USD	Libor + 1,25 a 3,0% a.a.	2012-2014	824	525	824	787
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2012-2017	6.035	11.672	6.035	11.084
Investimentos	USD	Libor + 2,25% a.a.	2017	1.500	3.537	-	-
FINIMP	USD	Libor + 1,10% a.a.	2012-2014	8.571	17.692	4.810	4.831
Total de passivos com incidência de juros					578.040		331.696

2010 – Consolidado:

Empréstimos bancários garantidos	Moeda	Tx. De Juros Nominal	Vencimento	Valor de Face	Valor Contábil
Capital de Giro	R\$	CDI + 1,8 a 3,91% a.a.	2011-2013	76.490	68.189
Desconto de recebíveis	R\$	16,80% a.a.	2012	0	0
FINAME	R\$	TJLP + 1 a 7,0% a.a.	2011-2020	19.249	4.557
FINAME	R\$	4,50 a 5,50% a.a.	2011-2020	18.924	10.096
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a 2% a.a.	2012-2014	34.300	17.578
FINEP	R\$	5,25% a.a.	2017	27.788	33.615
BNDES-PEC	R\$	12,90% a.a.	2013	10.000	11.162
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	9.806
BNDES-Exim-Pré-embarque	R\$	4,50% a.a.	2012	5.000	5.028
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	2.846	2.856
Capital de giro	USD	Libor+ 0,79 a 4,8% a.a.	2011-2017	39.268	55.885
Financiamento aquisição imobilizado	USD	Libor+ 1,25 a 3,0 % a.a.	2011-2014	3.711	1.394
FINIMP	USD	Libor + 1, % a.a	2012	0	0
					220.166

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os contratos de empréstimo e financiamento estão demonstrados no item anterior e são compatíveis com seu negócio e capacidade de pagamento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As operações de longo prazo resumem-se a repasses de recursos do BNDES e a emissão de debêntures de curto e longo prazo, que respondem por 13,9% do endividamento bruto total (incluindo dívida bancária e instrumentos financeiros derivativos) em 31 de dezembro de 2012 e 23,5% em 31 de dezembro de 2011. As debêntures de longo prazo representavam 59,7% do total de R\$94,7 milhões emitidos em circulação em 2012 contra 39,5% do valor de R\$125,3 milhões de 2011.

Além desta, em 03 de abril de 2012, a Companhia finalizou a contratação de uma linha internacional de crédito, no valor de USD 75.000.000,00, com prazo de cinco anos e custos competitivos, como parte da estratégia de reforçar o processo de internacionalização da Companhia e como de ampliar o acesso ao mercado de capitais global, servindo de fonte de recurso para aquisições no exterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Companhia no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

A escritura de emissão de debêntures prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal (1), realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia (2), realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (1ª e 2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (1ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas corresponde ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes.

(1) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

(2) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Além desses pontos, determinam a manutenção de determinados índices financeiros: endividamento (dívida financeira líquida/EBITDA) inferior a 3,5 vezes; índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 2,75 vezes. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento. Todos os índices citados acima são calculados trimestralmente com base nos últimos doze meses. Em 2012, todas estas cláusulas foram atendidas pelas Empresas Taurus.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas em grande parte integralmente, tendo sido contabilizadas, exceto pela controlada Taurus Holdings, Inc. que possui linha de crédito no valor de USD 75.000 mil e em 2012 utilizou USD 50.000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito, não contratadas, com os maiores bancos que operam no Brasil, em valores aproximados de R\$ 500.000 mil a prazos e taxas de mercado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis de 2012 da Companhia e empresas consolidadas são elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2012 e 2011, tendo sido realizadas reclassificações nos exercícios referentes a ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas, cujo processo teve início em setembro de 2011.

Abaixo, são destacadas, em mil Reais, as principais alterações comparativas dos exercícios de 2012 e 2011 dos principais grupos do balanço patrimonial e das demonstrações de resultados.

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante (1)	722.336	750.018	653.502
Var (%)	-3,7%	14,8%	
Ativo não circulante (2)	541.411	364.309	346.359
Var (%)	48,6%	5,2%	
Total ativo	1.263.747	1.114.327	999.861
Var (%)	13,4%	11,4%	
Passivo circulante (3)	427.947	465.568	277.488
Var (%)	-8,1%	67,8%	
Passivo não circulante (4)	474.900	323.524	261.794
Var (%)	46,8%	23,6%	
Patrimônio líquido (5)	360.900	325.235	460.579
Var (%)	11,0%	-29,4%	
Total passivo e Patrimônio líquido	1.263.747	1.114.327	999.861
Var (%)	13,4%	11,4%	
Receita líquida de vendas (6)	700.971	617.968	609.119
Var (%)	13,4%	1,5%	
Lucro bruto (7)	273.419	264.268	279.097
Var (%)	3,5%	-5,3%	
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos (8)	114.310	99.069	104.740
Var (%)	15,4%	-5,4%	
Resultado financeiro líquido (9)	-44.297	-47.639	-1.831
Var (%)	-7,0%	2501,8%	
Lucro líquido do exercício (10)	41.910	37.315	70.276
Var (%)	12,3%	-46,9%	

(1) A variação no ativo circulante foi a menor em R\$ 27,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, 3,7% inferior a 31 de dezembro de 2011 explicada principalmente porque: (i) foram eliminados ativos mantidos para venda no valor de R\$ 137,8 milhões, face alienação da SM Metalurgia Ltda. em 21 de junho de 2012; compensados principalmente pelo (ii) aumento de R\$ 33,8 milhões nas disponibilidades, incluindo outros instrumentos financeiros derivativos; (iii) aumento de R\$ 33,5 milhões nos estoques, explicado pelos produtos acabados e matérias-primas; (iii) aumento nos impostos a recuperar de R\$ 22,3 milhões oriundos do ICMS, IPI, PIS e COFINS; e (iv) aumento de R\$ 16,4 milhões em clientes e outras contas a receber. A acentuada variação do ativo circulante de 2010 para 2011 deve-se, sobretudo a classificação da TMFL como operação descontinuada no período, acumulando cerca de R\$ 137.785 mil reais em Outros Ativos Circulantes.

(2) Destaca-se o aumento de R\$177,1 milhões no ativo não circulante pelos seguintes fatores: (i) títulos a receber de R\$ 116,4 milhões decorrentes da venda da SM Metalurgia Ltda.; (ii) aumento

de R\$ 35,5 milhões no imobilizado dadas as aquisições e investimentos no exercício de 2012; e (iii) aumento de R\$ 19,4 milhões nos ativos intangíveis. O aumento do ativo não circulante de 2010 para 2011 se deve, principalmente da contabilização de tributos diferidos resultantes da reestruturação societária e incorporação da controlada Polimetal, havendo diferença de cerca de R\$ 28.070 mil reais entre os períodos.

(3) A redução do passivo circulante em R\$ 37,6 milhões refere-se basicamente às seguintes contas: (i) eliminação do passivo mantidos para venda de R\$ 81,7 milhões, face alienação da SM Metalurgia Ltda. em 21 de junho de 2012; (ii) redução de R\$ 37,6 milhões nas debêntures com vencimento no curto prazo em função dos pagamentos realizados em 2012, uma vez que não foram liquidadas antecipadamente; (iii) redução de R\$11,6 milhões nos instrumentos financeiros derivativos; compensando (iv) o aumento de R\$ 92,1 milhões em empréstimos e financiamentos para capital de giro e aquisições como a da Steelinject, e a Heritage em 2012. O assintuoso aumento no passivo circulante de 2010 para 2011 se deve (i) 2ª emissão de debêntures, (ii) aumento substancial de saques cambiais e instrumentos financeiros derivativos..

(4) A variação no passivo não circulante com aumento de R\$ 151,4 milhões se deve basicamente ao aumento de R\$ 154,2 milhões em empréstimos e financiamento de longo prazo, como parte da estratégia da Companhia de alongamento de suas dívidas e redução do custo financeiro. De 2010 para 2011, o aumento no passivo não circulante se deveu a incorporação da dívida da Polimetal, sobretudo em moeda estrangeira, esta na ordem de R\$ 118.728 mil reais.

(5) O patrimônio líquido aumentou em R\$ 35,7 milhões decorrente de: (i) aumento do lucro líquido do exercício de R\$41,9 milhões; deduzidos dos (ii) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos de R\$16,4 milhões; e (iii) e outros ajustes para conversão. A contração de patrimônio ocorrida em 2011 se deve a reestruturação societária, sobretudo os custos de transação da recompra das ações em tesouraria.

(6) No exercício de 2012, a receita líquida consolidada cresceu 13,4%, principalmente pelo acréscimo de 24,8% nas exportações, uma vez que o mercado interno ficou praticamente estável, com pequena elevação de 0,5%. O principal segmento da Companhia é o de Defesa & Segurança, com os produtos armas, respondendo por 73,7% da receita líquida e o de metalurgia e plásticos com 26,3%. Houve um aumento de 2,9% na receita líquida de capacetes e de 5,5% no volume, respondendo por 17,3% da receita total. De 2010 para 2011, a receita líquida do mercado externo consolidada totalizou R\$ 329,1 milhões, apurando um acréscimo de 2,1% em relação aos R\$ 322,3 milhões totalizados em 2010. Quando medida em dólares, as vendas no mercado externo atingiram US\$ 197,4 milhões, apresentando um acréscimo de 7,0% em relação aos US\$ 184,57 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. No mercado interno, a receita líquida consolidada em 2011 cresceu 0,7% em relação a 2010 totalizando R\$ 288,9 milhões (R\$ 286,8 milhões em 2010). Destaca-se nesta oscilação das vendas no mercado interno o aumento de 23,8% no segmento de capacetes para motociclistas.

(7) O lucro bruto consolidado atingiu R\$ 273,4 milhões em 2012, 3,5% acima de 2011 (R\$264,3 milhões), resultando em uma margem bruta de 39%, 3,8 pontos percentuais abaixo da

margem bruta de 42,8% de 2011. O aumento de 13,4% na receita líquida, não foi suficiente para compensar o acréscimo de 20,9% verificado no custo dos produtos vendidos em 2012, influenciado pelos seguintes fatores: (i) mudança no mix dos produtos de Defesa & Segurança; (ii) preço médio menor em função de campanhas promocionais face retração verificada na demanda de capacetes para motociclistas, mesmo com o incremento no volume vendido no Brasil; (iii) fraco resultado da forjaria para terceiros; e (iv) efeito do câmbio no custo das matérias-primas. De 2010 para 2011, o lucro bruto e a margem bruta foram influenciados pelos seguintes fatores: (a) Positivos: (1) incremento no volume de capacetes para motociclistas vendidos no Brasil; e (2) ganhos de produtividade notadamente nas fábricas de capacetes para motociclistas; (b) Negativos: (1) apreciação do real em relação ao dólar norte-americano; e, (2) aumento dos custos de produção e da matéria prima de armas e capacetes para motociclistas, respectivamente.

(8) O resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos cresceu 15,4% em 2012 contra 2011 pelo crescimento no lucro bruto e queda nas despesas operacionais de vendas, gerais e administrativas, pelo maior esforço e contenção de gastos. De 2010 para 2011, houve redução do resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos devido a redução do lucro bruto, já que não houve alteração significativa das despesas operacionais.

(9) Houve queda nas despesas financeiras líquidas de R\$ 3,3 milhões, decorrente do aumento na receita financeira proporcionalmente maior do que na despesa financeira receita pela variação cambial líquida positiva e pelas operações de swap líquidas positivas sobre operações financeiras. De 2010 para 2011, houve grande diferença nas despesas financeiras, também em função da reestruturação societária e tendência do dólar, assim houve diferença de cerca de R\$ 40 milhões de reais em variações cambiais entre os períodos, conforme nota 27 da demonstração de resultado de 2011.

(10) O crescimento de 12,3% no lucro líquido origina-se, principalmente da: (i) redução das despesas operacionais, líquidas; (ii) realização de lucros nos estoques consolidados; (iii) crescimento no lucro bruto, mesmo que proporcionalmente menor que o da receita líquida; (iv) redução da perda sobre o resultado das operações descontinuadas da empresa Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. pela venda das operações em junho de 2012; e (v) redução das despesas financeiras, líquidas face alongamento da dívida a custos menores. A contração do lucro líquido de 2010 para 2011 se deve, principalmente, pela descontinuidade das operações da TMFL, dado que o resultado operacional de 2011 foi na ordem de R\$ 73.003 mil reais, 6% menor que em 2010 (resultado operacional de R\$ 77.632 mil reais) dados os fatos anteriormente descritos. As operações descontinuadas tiveram efeito redutor no lucro operacional de R\$ 35.666 mil reais.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Segmento Defesa & Segurança

Armas	2012	Part %	Part Total	2011	Part %	Part Total	2010	Part %	Part Total
Mercado Interno	107.315	100,0%	20,8%	123.874	100,0%	27,4%	130.813	100,0%	28,9%
Região Sudeste	32.962	30,7%	6,4%	50.472	40,7%	11,2%	76.723	58,7%	17,0%
Região Sul	19.741	18,4%	3,8%	24.756	20,0%	5,5%	14.657	11,2%	3,2%
Região Nordeste	33.738	31,4%	6,5%	19.776	16,0%	4,4%	18.223	13,9%	4,0%
Região Norte	6.178	5,8%	1,2%	10.057	8,1%	2,2%	6.819	5,2%	1,5%
Região Centro Oeste	14.696	13,7%	2,8%	18.813	15,2%	4,2%	14.391	11,0%	3,2%
Mercado Externo	409.156	100,0%	79,2%	328.124	100,0%	72,6%	321.471	100,0%	71,1%
Estados Unidos	360.783	88,2%	69,9%	302.819	92,3%	67,0%	302.755	94,2%	66,9%
Argentina	2.085	0,5%	0,4%	4.868	1,5%	1,1%	3.195	1,0%	0,7%
Filipinas	3.132	0,8%	0,6%	4.704	1,4%	1,0%	2.007	0,6%	0,4%
Tailândia	923	0,2%	0,2%	1.327	0,4%	0,3%	1.925	0,6%	0,4%
Paquistão	3.192	0,8%	0,6%	2.390	0,7%	0,5%	-	0,0%	0,0%
Haiti	5.523	1,3%	1,1%	24	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Chile	11.328	2,8%	2,2%	928	0,3%	0,2%	-	0,0%	0,0%
Honduras	3.548	0,9%	0,7%	1.897	0,6%	0,4%	-	0,0%	0,0%
Austrália	2.009	0,5%	0,4%	25	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Venezuela	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	1.819	0,6%	0,4%
Outros países	16.633	4,1%	3,2%	9.142	2,8%	2,0%	9.770	3,0%	2,2%
Total	516.471		100,0%	451.998		100,0%	452.284		100,0%

As receitas operacionais da emissora e suas controladas são oriundas de vendas de produtos destinados aos mercados interno e externo e estão sujeitas à volatilidade do câmbio nas vendas para o mercado externo. Em 2012, a receita líquida atingiu R\$ 701 milhões, sendo o mercado externo responsável por aproximadamente 59% em 2012, frente a um percentual aproximado de 53% em 2011 e 2010.

Quando analisamos por geografia, em 2012, os EUA responderam por 52% da receita total, e o mercado local por 41%. Fora os EUA, exportamos para mais de 70 países, tendo sido reestruturada a área de exportação com o objetivo de ampliar a prospecção de novos mercados, o que tem resultado no aumento na participação das exportações na receita líquida, que passaram de 4% para 7%. Em 2010, os EUA representaram 50% da receita total e o mercado local por 47%. Fora os EUA, as exportações para outros países contribuíram com 3% da receita.

As vendas no mercado interno são oriundas dos seguintes produtos: armas, produtos forjados, capacetes para motociclistas, coletes balísticos, escudos anti-tumulto e contêineres de plásticos. A receita apurada no mercado externo é bastante concentrada no segmento de defesa e segurança (notadamente armas curtas), enquanto que capacetes são mais concentrados no mercado doméstico.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- O impacto do câmbio na receita líquida;
- O impacto do câmbio e da taxa de juros nas despesas financeiras de empréstimos denominados em dólares e em reais, minimizados pelas operações de hedge pelo uso de instrumentos financeiros derivativos;

- Aumento nos custos de matérias-primas e de mão-de-obra, impactando o CPV;
- Os efeitos no resultado, oriundos de operações descontinuadas da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. alienada em junho de 2012;
- Alongamento nos prazos dos empréstimos e financiamentos para capital de giro e em moeda estrangeira e a custos financeiros menores;
- Aumento no montante de despesas financeiras das debêntures pagas no exercício uma vez que a liquidação antecipada não ocorreu em função da remuneração atrativa no mercado, cujos debenturistas exigiam um prêmio sobre o mercado secundário.

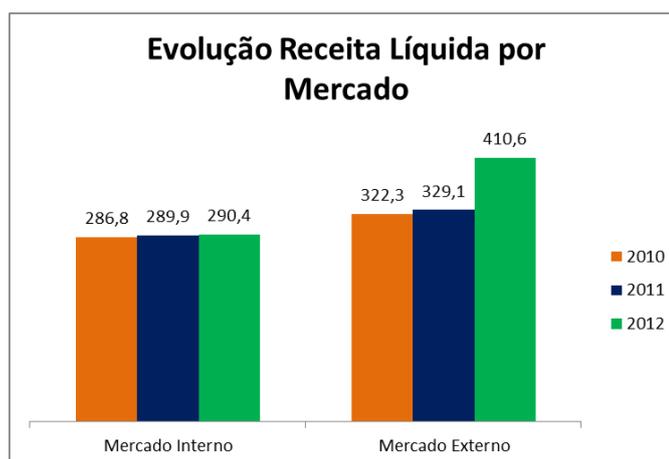
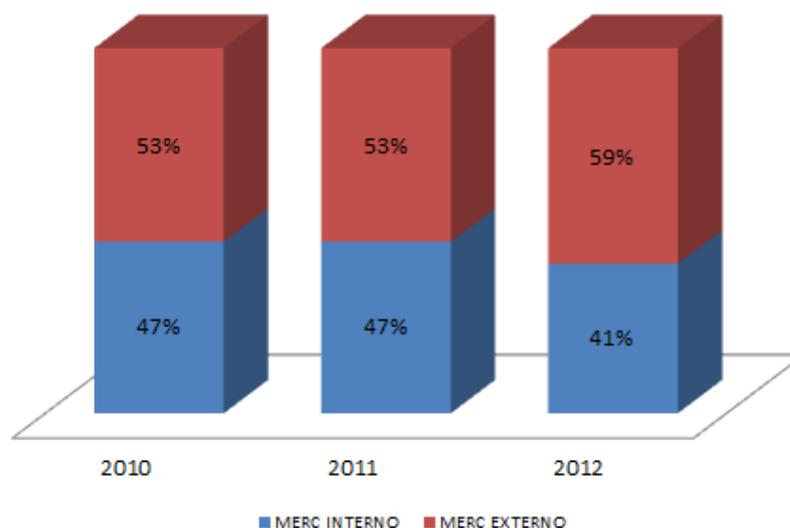
Os empréstimos e financiamentos das empresas Taurus destinam-se, principalmente, para financiamento: (i) do capital de giro; (ii) dos investimentos na modernização do parque fabril; e, (iii) de aquisições; e (iv) das exportações. O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$500,0 milhões (R\$ 370,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 312,0 milhões em 31 de dezembro de 2010), as variações em relação a aos períodos referidos, bem como os principais indicadores relacionados, são demonstrados a seguir:

	Em milhões de R\$				
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	Var. Dez/12 x <u>Dez/11</u>	Var. Dez/11 x <u>Dez/10</u>
Endividamento curto prazo	86,5	99,0	191,2	93%	14%
Endividamento longo prazo	133,7	232,7	386,9	66%	74%
Saques cambiais	4,5	39,6	5,1	-87%	-
Debêntures	105,3	125,3	94,7	-24%	19%
Antecipação de créditos imobiliários	42,1	36,1	28,7	-21%	-14%
Derivativos	-2,6	1,0	-25,8	-	-138%
Avais e Garantias	<u>131,2</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	0%	-
Endividamento bruto	500,7	532,8	680,8	28%	6%
(-) Disponibilidades e aplicações financeiras	<u>188,7</u>	<u>162,2</u>	<u>180,8</u>	11%	-14%
Endividamento líquido	<u>312,0</u>	<u>370,6</u>	<u>500,0</u>	35%	19%
EBITDA	139,3	130,8	158,5	21%	-6%
Endividamento líquido/EBITDA	2,24x	2,84 x	3,15 x		
EBITDA/Despesas financeiras, líquidas	5,24x	2,75 x	3,58 x		

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

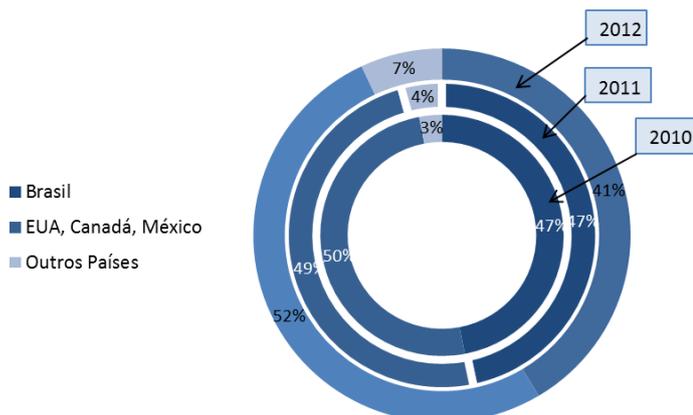
As Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram no exercício de 2012 uma receita líquida consolidada de R\$ 701 milhões, representando um crescimento de 13,4% em relação aos R\$ 618 milhões de 2011 e 15,1% em relação aos R\$ 609,1 de 2010, explicado principalmente pelo acréscimo de 24,8% nas exportações, uma vez que o mercado interno ficou praticamente estável, com pequena elevação de 0,5%.

A participação do mercado externo na receita líquida total foi ampliada de 53,3% em 2011 (igual a 2010), para 58,6% em 2012, representando R\$ 410,6 milhões (contra R\$ 329,1 milhões de 2011).



A distribuição da receita líquida consolidada por geografia do gráfico a seguir mostra que o mercado norte-americano (EUA, México e Canadá) continua representando a maior fatia das exportações, tendo sido responsável por 52% da receita em 2012 (em relação aos 49% de 2011 e 50% de 2010), seguido de Brasil com 41% e 7% para os demais 70 países para os quais exportamos.

Receita Líquida - por Geografia



O desempenho positivo nas exportações em 2012 pode ser explicado basicamente: (i) pela forte demanda em especial nos EUA, provocada pelo risco de possível regulamentação restritiva em relação a armas para uso civil, discutida durante a campanha para reeleição do Presidente Barack Obama; e (ii) pela reestruturação da área de exportação para outros mercados, com nova equipe e um trabalho de prospecção de novos mercados e produtos, culminando com o fechamento de contratos com vários Governos na área de segurança pública, resultando no aumento de participação de três pontos percentuais.

Quando analisamos as exportações nos dois últimos anos e a comparação trimestre contra o mesmo trimestre em 2012 e 2011, a evolução foi bastante positiva, sempre na casa de dois dígitos (exceto no 3T12, quando cresceu 8%).

Como evento subsequente ao exercício de 2012, o Presidente dos EUA reeleito Barack Obama divulgou em 16 de janeiro de 2013, logo após a sua posse, 23 medidas propondo restrições ao uso de armas para civis, que terão que ser aprovadas pelo Congresso. Em função deste potencial de restrição e pelos direitos assegurados na Constituição americana relativo ao porte de armas, a demanda deverá se manter aquecida nos EUA, até que as medidas sejam votadas pelos Congresso.

Já no mercado interno, a receita líquida consolidada em 2012 ficou estável, passando de R\$ 288,9 milhões em 2011 para R\$ 290,4 milhões, 0,5% superior. Em relação à 2010, o mercado interno também se manteve estável, apenas 1% superior.

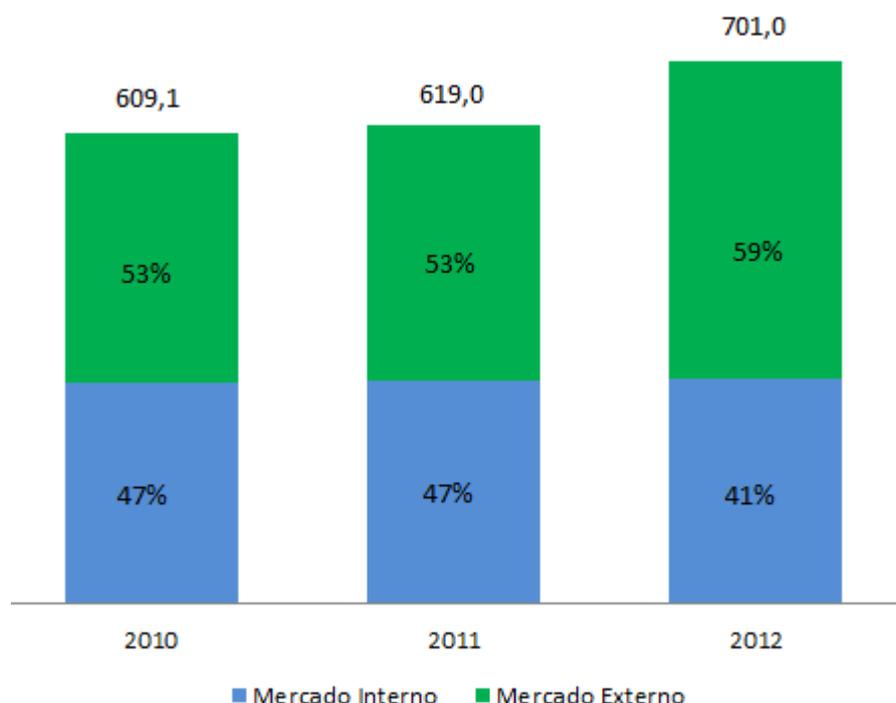
A tímida evolução foi explicada pela queda de consumo no segmento de capacetes para motociclistas, face redução na venda de motocicletas no país, aumento da inadimplência no mercado e maior restrição ao crédito para os consumidores.

Consequentemente, o mercado interno mostrou redução de participação na receita, ficando em 41% do total em 2012 (sobre 47% em 2011 e 2010), como mostra o gráfico a seguir:

No Segmento de Defesa e Segurança, a Companhia não divulga volumes de armas produzidas, pelo fato de estarmos sujeitos ao DFPC – Divisão de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, que inspeciona as armas de fogo, seus números de séries e destino final, seja no mercado local, seja no internacional.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia adotou uma estratégia financeira de buscar operações de hedge cambial e de juros, por meio de instrumentos financeiros derivativos, por meio de operações de hedge, minimizando a volatilidade, o impacto financeiro nas despesas, receitas financeiras e demais contas do balanço, com conseqüente redução do impacto negativo no resultado da Companhia.



10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Alienação do segmento operacional de máquinas-ferramenta.

2012 e 2011

Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda da SM Metalurgia Ltda. (“SML”), sociedade constituída com o fim específico de alienar os ativos de sua controladora Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), localizada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda.

(“RPL”), empresa brasileira sediada na cidade de Porto Alegre (RS) e pertencente ao Grupo SúdMetal, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A operação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Taurus realizada em 20 de junho de 2012 e teve sua contabilização e valores foram informados no balanço do 2º trimestre de 2012 da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo a receber pela venda das operações da SML está registrado da seguinte forma:

	2012
Valor da venda	115.350
Atualização monetária do contrato	3.223
Total	118.573
Circulante	2.174
Não circulante	116.399

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

As tabelas abaixo demonstram os saldos dos transações classificadas como atividade descontinuada até a venda da SML, acima descrita:

	Consolidado	
	2012	2011
Ativos relacionados às operações descontinuadas		
Caixa e equivalentes de caixa	-	136
Clientes e contas a receber	-	21.775
Estoques	-	48.715
Impostos a recuperar	-	2.698
Imobilizado e intangível	-	21.816
Crédito com pessoas ligadas	-	34.136
Outros ativos	-	8.509
	-	137.785

	Consolidado	
	2012	2011
Passivos associados às operações descontinuadas		
Fornecedores	-	2.025

Provisões	-	2.798
Adiantamento de clientes	-	5.228
Empréstimos e financiamentos	-	68.481
Outros passivos	-	3.196
	-	<u>81.728</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo do período das operações descontinuadas		
Receitas	19.733	37.349
Despesas	(26.339)	(73.015)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(6.606)	(35.666)

O fluxo de caixa líquido dos ativos mantidos para venda está apresentado a seguir:

	Controlada Taurus Máquinas (Operação descontinuada)	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	(22.926)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(208)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	18.812
Fluxo de caixa total	-	(4.322)
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reconciliação dos fluxos de caixa		
Fluxo de caixa	-	(4.322)
Efeito de eliminação de consolidação	-	(27.569)
Resultado de operações em descontinuidade	-	35.666
Varição líquida dos ativos e passivos mantidos para venda	-	3.775

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

02 de maio de 2012, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing, Inc., empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage é uma empresa que orgulhosamente produz uma lenda americana, o revólver Single Action, reforçando a posição de liderança mundial na produção de revólveres.

01 de janeiro de 2012: aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda. no valor de R\$ 14 milhões, sendo pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 2,8 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (Metal Injection Molding). Pelo

contrato de compra e venda assinado entre as partes, o controle dessa empresa passou para a Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. a partir de 1º de janeiro de 2012, data em que efetivamente ocorreu a conclusão do negócio e houve a transferência das quotas representativas da totalidade do capital social da mesma;

Outubro de 2011: a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que vinha mantendo tratativas com Lupatech S.A., companhia aberta brasileira, sediada na cidade de Caxias do Sul, RS, com a finalidade de definir as condições básicas para a aquisição da totalidade das quotas sociais de sua controlada Steelinject Injeção de Aços Ltda., igualmente sediada em Caxias do Sul, RS.

Julho de 2011: Reestruturação Societária, por meio da qual a Polimetal Metalurgia e Plásticos passou a ser controlada da Companhia, passando a deter 99,99% do seu capital total. A Reestruturação Societária foi completamente implementada com a transferência integral para a Polimetal, das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - *Metal Injection Molding*), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas (“Segmento Polimetal”), a qual ocorreu em dezembro de 2011 e janeiro de 2012.

c) eventos ou operações não usuais

Reestruturação Societária

Em 2011, tendo em vista a Reestruturação, aprovada na AGE/AGESP realizada em 27 de maio de 2011 e ratificada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de julho de 2011, são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em decorrência da segunda etapa da Reestruturação, as demonstrações financeiras da Companhia sofrerão o impacto do resgate parcial de ações de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, no valor de R\$ 165 milhões, para o que será necessária a recomposição do caixa, a partir de novos financiamentos a serem contratados com prazo de cinco anos, incluindo um ano e meio de carência, registrando um aumento do endividamento financeiro da Companhia.

Além disso, em decorrência da terceira etapa da Reestruturação, isto é, da Incorporação de Ações da Polimetal, o capital social da Companhia sofreu um aumento no montante do acervo líquido da Polimetal (R\$38.797.469,79), passando de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79 – o que também refletiu nas demonstrações financeiras da Companhia.

Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em 2011 sofreram os efeitos do pagamento do reembolso das ações dos dissidentes da Reestruturação à conta das reservas existentes. O montante total do reembolso pago aos acionistas que se retiraram da Companhia no âmbito da Reestruturação foi de R\$32.886.816,60.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para a Reestruturação Societária: (i) a preservação dos devidos registros, certificados, autorizações e licenças para a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio dos produtos e atividades referentes à fabricação e comércio de armas, nos termos do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; (ii) a manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrada na

Polimetal; (iii) a liquidação do endividamento registrado no balanço patrimonial da Polimetal; (iv) a contrapartida equitativa e proporcional ao referido resgate de ações a todos os atuais acionistas não controladores da Companhia; (v) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento de atividades operacionais.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu diversas alterações da IAS 19. Essas vão desde alterações fundamentais como, por exemplo, a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados de ativos do plano, até esclarecimentos simples e reformulação de texto. Esta norma não é aplicada à Companhia. A alteração se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IAS 28 Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Conjuntos (revisada em 2011)

Como consequência da nova IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, a IAS 28 Investments in Associates (Investimentos em Coligadas) foi renomeada para IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Conjuntos), e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial a investimentos em empreendimentos conjuntos além de em coligadas. A norma revisada se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda está avaliando os impactos da norma, mas não espera que esta alteração cause impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros — Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não são esperados impactos relevantes sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Esta norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 Empréstimos concedidos pelo Governo – Revisões da IFRS 1

Essas alterações exigem das entidades que adotam as IFRS pela primeira vez a aplicação dos requisitos contidos na IAS 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance (Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência

Governamental), de forma prospectiva, a empréstimos concedidos pelo Governo existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar pela aplicação dos requisitos da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos concedidos pelo governo de forma retrospectiva, caso as informações necessárias para fazê-lo tenham sido obtidas no momento da contabilização inicial para esse empréstimo. A exceção concederia às entidades que adotam as IFRS pela primeira vez isenção do requisito de mensuração retrospectiva de empréstimos concedidos pelo governo com taxa de juros abaixo das de mercado. A alteração se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A alteração não gera nenhum impacto sobre a Companhia.

IFRS 7 Divulgações — Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros — Revisões da IFRS 7

As alterações requer que uma entidade divulgue informações sobre direitos de compensações e acordos relacionados (por exemplo, contratos de garantia). As divulgações devem fornecer aos usuários informações que sejam úteis na avaliação do efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são requeridas para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Financial Instruments: Presentation (Instrumentos Financeiros: Apresentação).

As divulgações também se aplicam aos instrumentos financeiros reconhecidos que estejam sujeitos a um acordo de compensação exigível ou acordo semelhante, independentemente de serem compensados de acordo com a IAS 32.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A IFRS 10 substitui a parte da IAS 27 Consolidated and Separate Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas) que trata sobre contabilidade para demonstrações financeiras consolidadas. Trata também as questões levantadas na SIC-12 Consolidation — Special Purpose Entities (Consolidação – Entidades de Propósito Específico).

A IFRS 10 estabelece um modelo de controle único que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão da administração o exercício de julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas

e, portanto, devem ser consolidadas pela controladora, em comparação com os requerimentos da IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não se espera que a IFRS 10 tenha qualquer impacto na Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Interests in Joint Ventures (Participações em Empreendimentos Conjuntos) e a SIC-13 Jointly-controlled Entities — Non-monetary Contributions by Venturers (Entidades Controladas em Conjunto – Contribuições não Monetárias por Empreendedores). O IFRS 11 remove a opção de contabilizar entidades controladas em conjunto (ECCs) utilizando consolidação proporcional. Em vez disso, as ECCs que satisfazem a definição de empreendimento conjunto devem ser contabilizadas utilizando o método da equivalência patrimonial.

A aplicação dessa nova norma não impactará a posição financeira da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente para empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente contidas na IAS 27 relativas a demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Essas divulgações se referem às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, coligadas e entidades estruturadas.

Algumas novas divulgações são também requeridas, contudo não têm nenhum impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Mensuração de Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação para fins das IFRS para todas as mensurações de valor justo. A IFRS 13 não muda quando uma entidade é requerida a usar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo segundo as IFRS quando valor justo é requerido ou permitido. A Companhia está atualmente avaliando os possíveis impactos que essa norma poderá ter sobre a sua posição financeira. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

ii) Aprimoramentos anuais – Maio de 2012

Esses aprimoramentos não terão efeito sobre a Companhia, mas incluem:

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS

Esse aprimoramento esclarece que uma entidade que parou de aplicar as IFRS no passado e escolhe, ou é requerida a, aplicar as IFRS, tem a opção de reaplicar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for reaplicada, uma entidade deve rerepresentar retrospectivamente as suas demonstrações financeiras como se não tivesse parado nunca de aplicar o IFRS.

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esse aprimoramento esclarece a diferença entre informações comparativas adicionais voluntárias e as informações comparativas mínimas requeridas. Em geral, as informações comparativas mínimas requeridas correspondem às do exercício anterior.

IAS 16 Imobilizado

Esse aprimoramento esclarece que as principais peças de reposição e equipamentos de manutenção que satisfazem a definição de imobilizado não representam estoque.

IAS 32 Instrumentos Financeiros, Apresentação

Esse aprimoramento esclarece que tributos sobre o lucro resultantes de distribuições a acionistas devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Income Taxes (Tributos sobre o lucro).

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Houve um parágrafo de ênfase conforme transcrito abaixo: “As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Forjas Taurus S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas abaixo:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e bases negativas			
Provisão para comissões sobre vendas	1.061	1.455	2.177
Ajuste a valor presente	311	187	233
Provisão processos trabalhistas	874	552	562
Provisão para perdas por não ressarcimento de seguros	782	782	408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.152	1.762	1.970
Provisão para garantia de produtos	361	66	392
Instrumentos financeiros derivativos	2.965	6.886	-
Provisão para perda de incentivos fiscais	-	-	13
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	42.735	37.448	-
Estoques – lucros não realizados	8.277	6.822	9.804
Outros itens	137	137	138
	59.655	56.097	15.697
Sobre diferenças temporárias passivas			
Ajuste de avaliação patrimonial	- 2.918 -	4.898 -	6.651
Diferença de base de depreciação	- 6.757 -	6.378 -	3.354
Encargos financeiros	- 915 -	1.006 -	682
Instrumentos financeiros derivativos	- 11.332 -	6.160 -	878
	- 21.922 -	18.442 -	11.565
Total ativo e passivo, líquido	37.733	37.655	4.132
Classificadas no ativo não circulante	43.510	43.767	
Classificadas no passivo não circulante	- 5.777 -	6.112	

a.1. Como parte da Reestruturação Societária ocorrida em 04 de julho de 2011, que trata do aproveitamento dos benefícios econômicos e estratégicos de mercado para novos segmentos, a Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrada na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. para o registro de ativo fiscal diferido. O registro contábil foi realizado quando se tornou provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação da existência de lucro tributável futuro foi fundamentada na atividade operacional a ser executada pela controlada no novo segmento de mercado “Segmento Polimetal”, o qual passou a ser responsável por parcela significativa das operações do Grupo.

A controladora apresentou prejuízo fiscal e base negativa no ano de 2012. Os estudos de resultados futuros demonstram que haverá lucros tributáveis futuros para o aproveitamento de tais créditos e, conseqüentemente, a Companhia registrou ativo diferido sobre tais montantes.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 2012 na controladora Forjas Taurus S.A. e na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Consolidado		Controladora	
	Total	% de participação	Total	% de participação
2013	4.217	9,87%	1.452	20,74%
2014	7.004	16,39%	4.079	58,27%
2015	4.576	10,71%	1.469	20,99%
2016	3.301	7,72%	-	-
De 2017 a 2022	23.637	55,31%	-	-
Total	42.735	100,00%	7.000	100,00%

O valor de prejuízo fiscal e base fiscal negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 132.211 em 2012 (R\$ 127.870 em 2011), e na controladora R\$ 7.991 (R\$ 16.465 em 2011).

Os principais saldos de prejuízo fiscais e bases negativas se encontram na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente por esta controlada totalizam R\$ 42.161 (R\$ 37.878 em 2011). O imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa serão reconhecidos à medida que houver evidências de que sua realização seja provável em um futuro previsível.

b. Contingências

b.1. Consolidado

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável. Os valores de provisão são registrados no grupo de outras contas a pagar. A composição das contingências está apresentada abaixo:

	Consolidado					
			2012	2011		2010
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Líquido	Líquido	
Trabalhistas	3.185	2.466	719	-	600	304
Tributárias						
Federal	-	423	-	423	-	423
Estadual	2.469	823	1.646	2.401		3.117
	<u>5.654</u>	<u>3.712</u>	<u>1.942</u>	<u>1.378</u>		<u>2.998</u>

As Empresas Taurus possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto no montante consolidado de aproximadamente R\$ 10.915 na controladora e R\$ 24.287 no consolidado em 2012 (R\$ 10.578 e R\$ 23.537, respectivamente em 2011, bem como R\$

18.032 na controladora em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização

b.2. Controladora

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão na rubrica outras contas a pagar no montante de R\$ 2.353 em 2012 (R\$ 2.417 em 2011) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

	Controladora				
			2012	2011	2010
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Líquido	Líquido
Trabalhistas	1.965	1.268	697	281	278
Tributárias					
Federal	-	423	- 423	- 423	- 423
Estadual	388	726	- 338	367	966
	<u>2.353</u>	<u>2.417</u>	- 64	225	821

De outra parte, a Companhia ajuizou diversas ações visando o reconhecimento de créditos fiscais diversos, cujos valores serão reconhecidos à medida de sua efetiva realização.

c. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda., e Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo apresentando derivativos em aberto na data, organizada por vencimento, contraparte, valor nocional e valor justo.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo.

Instrumento/Contratante	Contraparte	Moeda de contratação referente ao valor nominal	Consolidado			
			2012		2011	
			Nocional em milhares	Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo
<i>Swap Fixed x Libor</i>						
Taurus Holdings, Inc.	TD Bank	Dólares Americanos - USD	5.711	-1.174	-	0
<i>Swap Libor + V.C. USD x CDI + R\$</i>						
Forjas Taurus S.A.	Banco ABC do Brasil	Dólares Americanos - USD	-	-	12.000	217
<i>Swap Pré x CDI</i>						
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	37.356	1.917	37.356	1.801
Taurus Blindagens Ltda.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	9.652	405	9.652	334
Taurus Helmets Ltda.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	4.355	183	4.355	150
<i>Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$</i>						
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	100.000	31.008	100.000	15.597
Forjas Taurus S.A.	BES Investimentos	Reais – BRL	-	-	80.000	-4099
Forjas Taurus S.A.	Banco Citibank	Reais – BRL	15.000	-150	-	0
Forjas Taurus S.A.	Banco Bradesco	Dólares Americanos - USD	-	-	868	163
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	Banco Bradesco	Dólares Americanos - USD	-	-	680	128
<i>Non-deliverable forward (exportação)</i>						
Forjas Taurus S.A.	Bes Investimentos	Dólares Americanos - USD	16.000	-3.350	40.500	-6.435
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Dólares Americanos - USD	4.700	-3.076	27.600	-3.098
Forjas Taurus S.A.	BNP Paribas	Dólares Americanos - USD	-	-	20.000	-2276
				25.763		25.763

Em 2010 não era utilizados quaisquer instrumentos financeiro derivativos.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 2012 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de Mark to Market (MtM).

A seguir, são descritos cada um dos derivativos vigentes e os instrumentos que são objeto de proteção:

Non-deliverable forward (exportação)

Conforme políticas de exportação da Companhia foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.

Swap Libor + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de swaps moeda convencionais de Libor 6m x CDI com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap Pré x CDI

A Companhia possui posições de swaps convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 14) com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de swaps convencionais de Depósitos Interbancários (DI) versus dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de swaps convencionais de dólar versus DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais swaps estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa

d. Riscos

a) Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		
	Valor contábil		
	2012	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	659	403
Recebíveis de clientes	85.044	147.548	109.135
Demais empréstimos e recebíveis	18.889	17.656	12.301
Caixa e equivalentes de caixa	101.560	71.320	138.370
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	32.925	17.778	2.584
Total	238.418	254.961	262.793

	Consolidado		
	Valor contábil		
	2012	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	659	403
Recebíveis de clientes	168.240	155.300	161.463
Demais empréstimos e recebíveis	27.950	19.948	57.341
Títulos a receber	118.573	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	180.781	162.226	188.674
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	33.513	18.262	2.584
Total	529.057	356.395	410.465

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado			Controladora		
	Valor contábil			Valor contábil		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Doméstico – recebíveis de clientes	80.844	101.082	107.037	30.911	69.254	57.066
Estados Unidos – recebíveis de clientes	69.765	47.317	53.543	37.878	71.436	51.715
Outros	17.631	6.901	883	16.255	6.858	354
Total	168.240	155.300	161.463	85.044	147.548	109.135

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado			Controladora		
	Valor contábil			Valor contábil		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Clientes – órgãos públicos	22.014	60.069	42.322	19.919	57.257	43.322
Clientes – distribuidores	41.115	8.792	53.543	45.616	79.775	51.069
Clientes finais	105.111	86.439	65.598	19.509	10.516	14.744
Total	168.240	155.300	161.463	85.044	147.548	109.135

Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado					
	Bruto	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment	Impairment
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Não vencidos	133.037	129.172	120.178	-	-	-
Vencidos há 0-30 dias	8.664	12.144	22.131	-	-	-
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	12.225	8.663	13.169	-	-1.098	-4.209
Vencidos há mais de um ano	14.314	5.321	5.985	-11.073	-5.321	-5.985
Total	168.240	155.300	161.463	-11.073	-6.419	-10.194

(1) Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.

	Controladora					
	Bruto	Bruto	Bruto	Impairment	Impairment	Impairment
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Não vencidos	74.090	131.715	95.618	-	-	-
Vencidos há 0-30 dias	4.644	4.372	5.375	-	-	-
Vencidos há 31-360 dias ⁽¹⁾	3.294	7.403	5.682	-410	-410	-1.162
Vencidos há mais de um ano	3.016	4.058	2.460	-2.332	-2.259	-2.460
Total	85.044	147.548	109.135	-2.742	-2.669	-3.622

(1) *Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.*

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias; grande parte do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia, está relacionado a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a Companhia.

O saldo de títulos a receber refere-se à venda das atividades operacionais da controlada SM Metalurgia Ltda. Conforme descrito na Nota 8, sendo as garantias divulgadas naquela nota explicativa. A administração monitora regularmente o risco de crédito da contraparte.

Os outros valores a receber referem-se a valores a receber de diversas naturezas, com vencimentos inferiores há um ano e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Consolidado					
	2012					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	34.958	34.958	34.958	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	578.040	639.140	196.450	151.461	290.774	455
Títulos de dívida emitidos	94.698	109.805	40.151	34.423	35.231	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.711	35.690	9.779	13.696	12.215	-
Saques cambiais	5.128	5.188	5.188	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	33.513	33.513	33.513	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	-7.750	-7.750	-7.750	-	-	-
	767.298	850.544	312.289	199.580	338.220	455

	Consolidado					
	2011					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	26.291	26.291	26.291	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	331.696	367.899	101.855	176.293	73.079	16.672
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Certificado de recebíveis imobiliários	36.127	44.001	7.768	24.287	11.946	-
Saques cambiais	39.425	40.510	40.510	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	-18.262	-18.262	-18.262	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	559.965	635.510	259.345	230.744	128.749	16.672

	Consolidado					
	2010					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	220.166	269.639	83.476	53.982	104.174	28.007
Títulos de dívida emitidos	106.106	134.604	34.824	36.039	63.741	-
Certificado de recebíveis imobiliários	42.117	54.354	6.255	8.502	39.597	-
Saques cambiais	4.453	4.899	4.899	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (ativos)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	-2.584	-2.584	-2.584	-	-	-
	370.258	460.912	126.870	98.523	207.512	28.007

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c) Risco de moeda (cambial)

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (em valores nominais):

	Consolidado		
	USD mil		
	2012	2011	2010
Contas a receber	42.768	28.904	32.665
Saques cambiais	-2.509	-21.018	-2.673
Empréstimos bancários garantidos	-149.463	-101.362	-33.540
Fornecedores exterior	-6.170	-4.716	-1.290
Exposição líquida do balanço patrimonial	-115.374	-98.192	-4.838

Na exposição ao risco cambial consolidado estão considerados os empréstimos bancários garantidos da Taurus Holdings, Inc. o montante de USD 45.153 em 2012 (USD 29.322 em 2011).

	Controladora		
	USD mil		
	2012	2011	2010
Contas a receber	7.954	3.656	7.803
Contas a receber - partes relacionadas no exterior	18.536	38.083	23.447
Saques cambiais	-2.509	-21.018	-2.673
Empréstimos bancários garantidos	-103.082	-72.040	-8.850
Fornecedores exterior	-957	-524	-2.014
Exposição líquida do balanço patrimonial	-80.058	-51.843	17.713

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o exercício de 2012 e o exercício de 2011:

	Taxa média			Taxa à vista		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
R\$/USD	1,9588	1,6746	1,7602	2,0435	1,8758	1,6662

Análise de sensibilidade

Uma depreciação do Real, como indicado abaixo, contra o Dólar norte-americano em 2012 teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na expectativa da taxa de câmbio de moeda estrangeira para o final do exercício, que é de R\$2,01 (cenário provável), com base no relatório Focus de 15 de fevereiro de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Um fortalecimento do Real, como indicado abaixo, contra o Dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011 teria aumentado o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 31 de dezembro de 2010, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2012				
R\$/USD (taxa projetada 2,01)	3.865	3.865	2.682	2.682
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,51)	-54.111	-54.111	-37.547	-37.547
R\$/USD (50% - taxa projetada 3,02)	-112.087	-112.087	-77.776	-77.776
31 de dezembro de 2011				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,34)	46.047	46.047	24.311	24.311
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,81)	92.094	92.094	48.623	48.623
31 de dezembro de 2010				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,08)	2.015	2.015	7.378	7.378
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,50)	4.031	4.031	14.757	14.757

d) Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Os saldos de instrumentos expostos a variação de taxa são abaixo sumariados:

	Consolidado		
	Valor contábil		
	2012	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros	133.281	98.884	84.262
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	185.350	105.730	151.608
Passivos financeiros	579.871	453.053	287.731
	Controladora		
	Valor contábil		
	2012	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa			
Passivos financeiros	21.917	29.932	30.863
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	129.805	76.701	114.695
Passivos financeiros	467.566	415.615	167.636

Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado		
	Patrimônio líquido e resultado do exercício		
	2012	2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	-2.418	-1.865	-1.021
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	523	448	722

	Controladora		
	Patrimônio líquido e resultado do exercício		
	2012	2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	-1.380	-1.821	-742
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	334	302	543

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado					
	2012		2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo						
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	33.513	33.513	18.262	18.262	2.584	2.584
Ativos mensurados pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	180.781	180.781	162.226	162.226	188.674	188.674
Contas a receber	157.167	157.167	148.881	148.881	151.269	151.269
Títulos a receber	118.573	118.573	-	-	-	-
	<u>456.521</u>	<u>456.521</u>	<u>311.107</u>	<u>311.107</u>	<u>339.943</u>	<u>339.943</u>
Passivos mensurados pelo valor justo						
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	7.750	7.750	19.358	19.358	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado						
Empréstimos bancários garantidos	578.040	577.652	331.696	331.696	220.166	220.166
Emissão de títulos de dívida	94.697	94.217	126.597	126.597	106.106	106.106
Saques cambiais	5.128	5.128	39.425	39.425	4.453	4.453
Fornecedores e adiantamento de recebíveis	61.333	61.333	43.821	43.821	38.538	38.538
Antecipação de créditos imobiliários	28.711	28.711	36.127	36.127	42.117	42.117
	<u>767.909</u>	<u>767.041</u>	<u>577.666</u>	<u>577.666</u>	<u>411.380</u>	<u>411.380</u>

	Controladora					
	2012		2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo						
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	32.925	32.925	17.778	17.778	2.584	2.584
Ativos mensurados pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	101.560	101.560	71.320	71.320	138.370	138.370
Contas a receber e outros recebíveis	82.302	82.302	144.879	144.879	105.513	105.513
	<u>183.862</u>	<u>183.862</u>	<u>216.199</u>	<u>216.199</u>	<u>243.883</u>	<u>243.883</u>
Passivos mensurados pelo valor justo						
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	6.576	6.576	19.358	19.358	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado						
Empréstimos bancários garantidos	383.082	382.694	261.434	261.434	88.789	88.789
Emissão de títulos de dívida	94.697	94.217	126.597	126.597	106.106	106.106
Saques cambiais	5.128	5.128	39.626	39.626	4.453	4.453
Fornecedores e outras contas a pagar	40.742	40.742	15.823	15.823	14.636	14.636
	<u>523.649</u>	<u>522.781</u>	<u>443.480</u>	<u>443.480</u>	<u>213.984</u>	<u>213.984</u>

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas nas taxas projetadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data das demonstrações financeiras. Parcela substancial dos empréstimos são contratados com taxas pós fixadas. As taxas observáveis em operações recentes são similares as contratuais.

Os efeitos de ganho e perda apenas relacionados a instrumentos financeiros derivativos, não classificados como contabilidade de hedge, estão divulgados na nota de receita e despesa financeira, em linha específica. A companhia não apresentou ganhos ou perdas com os instrumentos não derivativos visto que os mesmos são mensurados pelo custo amortizado.

iii) Valor justo versus valor contábil

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo, onde: nível 1 corresponde a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, nível 2 corresponde a inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e nível 3 refere-se a premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

iv) Hedge Accounting

As operações de contratos a termo (NDF), opções (Zero Cost Collar) e de pré-pagamentos são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Há ainda as operações de Finimp, contratadas com o objetivo de proteger a exposição das compras futuras em dólar. As operações

realizadas pela Controladora passaram a ser documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de hedge (“hedge accounting”), em conformidade com o CPC 38, prospectivamente, a partir de 1º de abril de 2012. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

As demais operações com derivativos, embora também sejam instrumentos de hedge, não estão registradas na forma de hedge accounting e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “hedge accounting”. Os montantes protegidos por tais instrumentos (objeto) são de valores e prazos similares.

Vencimento	Moeda	Contratos a termo (NDF)	Operações com opções (Zero Cost Collar)	Pré-pagamento de exportação (PPE)	FINIMP	Total
Até 31/03/2013	USD	3.900	-	-	1.387	5.287
Até 30/06/2014	USD	800	-	-	3.000	3.800
Até 31/12/2014	USD	-	-	-	-	-
Até 31/12/2015	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2016	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2017	USD	-	-	834	-	834
TOTAL	USD	4.700	-	2.500	4.387	11.587

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Perdas registradas no Resultado				Perdas registradas no patrimônio líquido	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		2012	2011
		2012	2011	2012	2011		
Contratos a termo (NDF)	R\$	(693)	-	(2.689)	-	(557)	-
Operações de opções (Zero Cost Collar)	R\$	(223)	-	-	-	-	-
Pré-pagamento de exportação (PPE)	R\$	-	-	-	-	(554)	-
Finimp	R\$	-	-	(354)	-	(352)	-
TOTAL	R\$	(916)	-	(3.043)	-	(1.463)	-

Os efeitos de perda relativos a hedge de fluxo de caixa, no valor de R\$ 1.463, foram alocados ao Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 498.

	Saldos das controladas em aberto com a controladora					Efeito de resultado das transações das controladas com	
	Ativo circulante (Clientes)	Ativo não circulante (créditos com pessoas ligadas)	Total de ativo	Passivo circulante	Total de passivo	Receita	Despesa
31/12/2010							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Taurus Holdings, Inc. (nota 10)	39.068	-	39.068	302	302	189.887	-
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	6317
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	488	26.838	27.326	424	424	775	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.(Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	39.556	27.385	66.941	726	726	187.602	6.317
31/12/2011							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	286	286	-	-
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Taurus Holdings, Inc. (nota 10)	71436	-	71436	34	34	206.128	-
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	5.384
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	58.540	58.540	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.(Nota 10)	83	-	83	-	-	-	-
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	7159	59.087	130.606	320	320	206.128	5.384
31/12/2012							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	2.594	2.594	-	2.124
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Taurus Holdings, Inc. (nota 10)	37.878	-	37.878	699	699	244.809	3.997
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (**)	-	5.811	5.811	-	-	-	4.694
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	114.033	114.033	-	-	-	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (nota 10)	3.216	-	3.216	24.156	24.156	7.921	103.726
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	41.094	120.391	161.485	27.449	27.449	252.730	114.541

(*) Registrados como contas a pagar

(**) Alienação de imobilizado da controladora para a controlada

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc., referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., referem-se a compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes, e dentro das condições usuais de mercado, segundo a avaliação da Administração.

A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui contrato de mútuo a pagar com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 114.033 em 2012 (R\$ 58.540 em 2011). A controlada Taurus Security Ltda. possui contrato de mútuo com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 547 em 2012 (R\$ 527 em 2011). Os contratos não tem atualização monetárias ou taxas de juros.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2012, a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 19.810 (R\$ 26.894 em 2011), e inclui salários, honorários e benefícios.

Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários e Conselho de Administração	10.268	14.968	17.914	10.268	14.968	13.965
Remuneração de pessoal-chave	9.542	11.926	15.112	4.643	7.150	7.475
Total	19.810	26.894	33.026	14.911	22.118	21.440

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

O Estatuto Social prevê destinação a título de participação dos administradores de até 10% do resultado do exercício condicionado ao atendimento de metas e indicadores definidos pelo Conselho de Administração. No ano de 2012 não foi destinada participação dos administradores (R\$ 2.073 em 2011).

Operações de diretores e pessoal-chave da administração

Os diretores e pessoal-chave da administração controlam diretamente 44,18% das ações com direito de voto da Companhia.

Algumas pessoas-chave da administração detêm quotas em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre as políticas financeiras ou operacionais destas entidades. Não houve transações entre a companhia e estas partes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, exceto salários.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela Companhia e partes relacionadas à suas controladas estão demonstrados a seguir:

<u>Avais dos diretores</u>	2012	2011	2010
Forjas Taurus S.A.	-	-	16.636
<u>Avais da Companhia</u>	2012	2011	2010
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	5.410	17.391	31.256
Taurus Holdings, Inc.	92.271	55.002	42.533
	97.681	72.393	73.789

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são desenvolvidos pela Administração sob a supervisão do Diretor Executivo de Controladoria. São executados pelos Administradores e funcionários com o objetivo de atingir segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras para uso externo, de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia e de suas controladas sobre o processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras incluem as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem com exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme as normas internas e são imprescindíveis para as operações da Companhia e de suas controladas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia, por meio de seus Auditores Internos, Comitê de Auditoria e Riscos, Auditores Externos Independentes, referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31/dez/12 e concluiu que os controles internos da Companhia e controladas referentes à preparação daquelas demonstrações são eficazes.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores da Ernst & Young Terco não identificaram durante os trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia mantém contínuo aprimoramento dos controles internos e a área de tecnologia de informação vem desenvolvendo projetos de automação de automação e custos para dentro do sistema de gestão corporativo.

10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve nenhuma oferta pública realizada pela Companhia.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, houve duas ofertas públicas de debêntures simples, além de ter sido conduzida uma reestruturação societária em julho de 2011, conforme descrito nos itens 10.1 (a) e .10.1.b (ii).

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos das debêntures foram utilizados para capital de giro, aquisições e melhorar a liquidez da Companhia em 2011 e 2010. A reestruturação societária promoveu um aumento de capital de R\$201 milhões para R\$ 257,8 milhões em julho de 2011. A Companhia teve que adquirir ações em tesouraria para fazer frente ao reembolso de capital, tendo em vista o exercício de recesso pelos acionistas, no valor de R\$32,9 milhões.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2012.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2012.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2012.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Os três grandes direcionadores estabelecidos para 2012 foram alcançados e naturalmente terão desdobramentos até a sua conclusão:

1. **Crescer por meio de aquisições:** adquirimos (i) a Steelinject (tecnologia M.I.M. - *Metal Injection Molding*) no Brasil, sob nossa gestão desde janeiro de 2012, consolidando a tecnologia da Taurus nesta modalidade no mercado local; e (ii) a Heritage nos EUA, empresa de alta rentabilidade, que nos permite atuar em nichos especiais do mercado de armas;
2. **Alongamento da dívida e redução de custos financeiros:** objetivo geral permanente, com renovação de linhas a custos menores e prazos maiores, buscando alternativas de captação de linhas internacionais e trazendo competitividade ao custo médio ponderado de capital de terceiros; e
3. **Decisão da realocação e concentração do parque fabril** visando ganhos de sinergia, de qualidade e de produtividade, bem como redução de custos:
 - (i) Transferência da planta da Heritage de Opa Locka (FL) nos EUA, para a planta da TIMI – Taurus International Manufacturing Inc. em Hialeah, na Região da Grande

Miami (FL) nos EUA, em setembro de 2012, onde já temos linhas de produção de armas;

- (ii) Transferência da planta da Steelinject (injetados metálicos para terceiros) atualmente em Caxias do Sul (RS), para a planta de São Leopoldo (RS) em 2013, onde já opera a planta de injeção metálica, M.I.M. – *Metal Injection Molding*, que produz componentes próprios para uso nas linhas de produção de armas; e
- (iii) Transferência da linha de produção de armas longas da marca Rossi, da atual planta em instalações alugadas, para a planta de São Leopoldo (RS), cujas instalações são próprias.

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

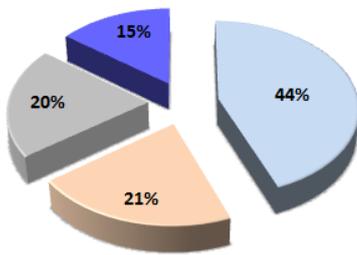
A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Os investimentos consolidados realizados no exercício de 2012 somaram R\$ 90,2 milhões (R\$ 47,4 milhões em 2011), tendo sido alocados 69% para Brasil e 31% para a subsidiária americana (TIMI). A distribuição destes recursos foi concentrada 56,3% em máquinas, equipamentos, instalações, expansão e processos de produção utilizados pela Companhia e suas controladas; 31,5% em aquisições; e 11,5% em pesquisa e desenvolvimento e 0,7% em tecnologia de informação. O valor da depreciação e amortização totalizou R\$ 31,2 milhões em 2012 (R\$ 27,6 milhões em 2011).

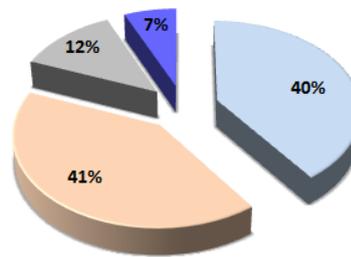
O Orçamento de Capital que havia sido aprovado para 2012 era de R\$ 78,6 milhões. A diferença de R\$ 11,6 milhões a maior entre o orçado e o realizado de 2012 é explicada pelo *carry-over* de 2011 pagos em 2012 e pela oportunidade estratégica de aquisição de um imóvel contíguo à nossa fábrica em Hialeah, Grande Miami (Flórida), permitindo expansões futuras caso venha a ser necessárias. Além disso, os recursos foram utilizados para aquisição de máquinas e equipamentos para a migração da Heritage para o mesmo site da Taurus nos EUA e para a migração da Steelinject de Caxias do Sul (RS) para a fábrica da Polimetal em São Leopoldo (RS).

Quando analisamos os investimentos em imobilizado em 2012 (sem considerar os recursos pagos em aquisições), a distribuição pode ser vista no gráfico abaixo:

2011



2012



- Ampliação da Capacidade
- Modernização Industrial
- Melhoria Continua
- Outros

Segue abaixo o Orçamento de Capital consolidado realizado em 2012 por empresa:

Descrição	Fontes de Recursos	Realizado 2012		
		R\$ mil	USD mil	Partic. %
Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Próprios	6.263	3.065	6,94%
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	4.125	2.019	4,57%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Próprios	487	238	0,54%
	Subtotal	10.875	5.322	12,05%
Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Próprios	2.996	1.466	3,32%
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Próprios	389	190	0,43%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Próprios	0	0	0,00%
	Total	3.385	1.656	3,75%
	Total	14.260	6.978	15,81%
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)				
Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos	Próprios	358	175	0,40%
Pesquisa e desenvolvimento de processos de fabricação	Próprios	383	187	0,42%
Modernização e/ou automação	80% Finame	2.360	1.155	2,62%
Retrofitamento de equipamentos industriais	Próprios	166	81	0,18%
Melhorias em softwares e equipamentos	Próprios	135	66	0,15%
Ampliação da Fábrica da Bahia/Des. Novo Cross (orçam de 2011)		3.399	1.663	3,77%
	Total	6.801	3.328	7,54%
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)				
Aquisição da Steelinject Injeção de Aços Ltda.	Próprios	10.964	5.365	12,15%
Aquisição de máquinas e equipamentos		15.185	7.431	16,83%
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	15.119	7.399	16,76%
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Próprios	66	32	0,07%
	Total	41.334	20.227	45,82%
Steelinject Injeção de Aços Ltda. - Caxias do Sul (RS)				
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	198	97	0,22%
Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil		62.593	30.630	69,38%
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)				
Investimentos Inorgânicos (aquisições)	Terceiros	17.417	8.523	19,31%
Investimentos orgânicos		10.202	4.992	11,31%
		27.619	13.516	30,62%
Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A (Consolidado)		90.212	44.146	100,00%

Dólar

R\$/USD

2,04

Segue abaixo o Orçamento de Capital consolidado previsto para 2013 por empresa:

Forjas Taurus S.A. Consolidado

Orçamento de capital para o Exercício de 2013

Descrição	Fontes de Recursos	Investimentos	
		R\$ mil	USD mil
Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	7.968	3.925
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	9.608	4.733
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Próprios	<u>134</u>	<u>66</u>
	Subtotal	17.710	8.724
Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Próprios	2.392	1.178
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Próprios	<u>1.527</u>	<u>752</u>
	Subtotal	3.919	1.930
	Total	21.629	10.655
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)			
Modernização e/ou automação	Próprios	1.635	805
	Total	1.635	805
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	12.632	6.222
	Total	12.632	6.222
Steelinject Injeção de Aços Ltda. - Caxias do Sul (RS)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	3.330	1.640
	Total	3.330	1.640
Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil		39.226	19.323
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	515	254
Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. (Consolidado)		39.741	19.577

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta, não tendo nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Aquisições

Foram realizadas duas aquisições estratégicas em 2012, tendo o Conselho de Administração da Companhia aprovado em:

- **01 de janeiro de 2012 a aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda.** no valor de R\$ 14 milhões, , como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (*Metal Injection Molding*); e.
- **02 de maio de 2012, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing Inc.**, empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage produz revólveres, ampliando nosso portfólio de produtos.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Em função da Lei 544/11, novos projetos vem sendo desenvolvidos, visando atender à nova política de reaparelhamento do Estado prevista na nova Lei sancionada dia 22 de março de 2012, com alto índice de nacionalização. Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas, de armas longas, de armas menos-letais, bem como no segmento de metalurgia e plásticos, para a fabricação de novos modelos de capacetes e no ingresso na importação em capacetes para bicicletas com a marca Taurus.

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em 2012, totalizaram R\$9,6 milhões considerando os dados consolidados com as subsidiárias, basicamente voltados para o desenvolvimento e design de novos produtos e de muita inovação.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

*_*_*

ANEXO C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$41.910 mil, após a compensação de prejuízos de períodos anteriores.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos declarados brutos foi de R\$ 16.684 mil (R\$16.059 mil líquidos), sendo R\$0,129357657 por ação; e de R\$ 16.767 mil em 2011, sendo R\$ 0,13 por ação.

	31-12-12	31-12-11
Quantidade de ações existentes (ex-tesouraria)	128.976.510	128.976.510
Dividendos por ação - em R\$	0,129357657	0,130

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido corresponde a 36,4 %, considerando o ajuste do lucro líquido do exercício de 2012 para cálculo de dividendo (R\$ 44.884 mil), já deduzida a reserva legal de 5%, bem como a realização de reserva de reavaliação e de ajustes de avaliação patrimonial.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucros anteriores em 2012.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

O valor bruto proposto de dividendo a ser pago, *ad referendum* da Assembleia, será de R\$ 0,027072515 tanto para a ação ordinária quanto para a preferencial deduzido os dividendos e juros sobre capital próprio já declarados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Em 16 de agosto de 2012, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários, *ad referendum* da Assembleia Ordinária, à conta do resultado apurado no balanço semestral levantando em 30 de junho de 2012, no valor total de R\$ 9,028 milhões à razão de R\$ 0,07 por ação ordinária e preferencial, a ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2012. Os dividendos foram creditados em 20 de novembro de 2012.

Em 19 de novembro de 2012, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Ordinária que aprovará as contas da companhia, à conta do resultado apurado no balanço levantando em 30 de setembro de 2012, no valor total de R\$ 4,164 milhões à razão de R\$ 0,032285142 por ação ordinária e preferencial, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2012. Os juros serão creditados até 26 de maio de 2013, alterando a data anteriormente prevista de 15 de maio de 2013.

Em 25 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição do dividendo do exercício, deduzido das duas antecipações realizadas em 2012, a ser submetido à Assembleia Ordinária, tendo em vista o montante de R\$ 3.492 mil em dividendos a destinar não distribuídos ainda, equivalentes a R\$ 0,027072515 por ação ordinária e por ação preferencial. Esta diferença é necessária para atingir os 35% mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado para distribuir aos Acionistas. Farão jus aos dividendos aqueles Acionistas que estiverem na base acionária na data da Assembleia Ordinária de 26 de abril de 2013. Os dividendos serão creditados até 26 de maio de 2013.

Assim, a remuneração total aos Acionistas relativa ao exercício de 2012, líquida do imposto de renda, somará R\$ 16.059 mil entre dividendos e juros sobre capital próprio, equivalentes a R\$ 0,124514886 por ação ordinária e por ação preferencial, correspondendo a 35% do lucro líquido ajustado de R\$ 45.884 mil em 2012, 12,68% superior quando comparado aos R\$ 14.252 mil distribuídos em 2011 (36,2% do lucro líquido ajustado de R\$ 39,4 milhões). A remuneração é paga em conta corrente indicada pelo acionista no cadastro do Banco Itaú S.A., custodiante das ações da Companhia, conforme facultado pela Lei no 9.249/95 (art. 9º) e pelo Estatuto Social (art. 35, parágrafos 3º e 4º).

Em todos os casos, foram excluídas as ações em tesouraria, que não fazem jus aos dividendos ou juros sobre o capital próprio e que não foram beneficiadas com essa distribuição.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não haverá incidência de juros ou atualização monetária no valor pago.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

As declarações de pagamentos dos dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2012 foram divulgadas em 16 de agosto de 2012, 19 de novembro de 2012 e 25 de março de 2013, datas das Reuniões de Conselho de Administração que deliberaram pela distribuição, e foram informadas por meio de Aviso aos Acionistas. Fizeram jus a estes dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia nas mesmas datas, sendo em todos os casos *ad referendum* da Assembleia que se realizará em 26 de abril de 2013. As ações da Companhia ficaram ex dividendos e ex-juros sobre capital próprio a partir de 17 de agosto de 2012, 21 de novembro de 2012 e 27 de abril de 2013.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Houve declaração de (i) dividendos com base no balanço do 1º semestre de 2012, no valor bruto de R\$ 9.028.355,70 (ii) juros sobre capital próprio com base em lucros apurados no balanço dos primeiros nove meses, , no valor bruto de R\$ 4.164.024,91. Foram informados por meio de Aviso aos Acionistas em 16 de agosto de 2012 e 19 de novembro de 2012.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Os pagamentos dos (i) dividendos com base no balanço do 1º semestre de 2012 foram pagos a partir de 21 de novembro de 2012; (ii) juros sobre capital próprio com base em lucros apurados no balanço relativo aos primeiros nove meses; e (iii) dividendos com base no balanço 31 de dezembro de 2012, deduzido das antecipações na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, serão pagos até 26 de maio de 2013.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores / b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores

	2012	2011	2010
Lucro líquido ajustado do exercício R\$ mil	45.884	39.381	74.795
Dividendos e Juros sobre o capital próprio R\$ por ação	0,129357657 por ação ordinária e preferencial	0,13 por ação ordinária e preferencial	0,22 por ação ordinária e preferencial
Total de ações ordinárias – em mil ações	47.138	47.138	42.745
Total de ações preferenciais – em mil ações	94.275	94.275	85.489
Lucro líquido ajustado por ação - R\$	0,32	0,26	0,55

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$2.096 mil, calculado em conformidade com o art. 193 da Lei das S.A.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Sobre o valor do lucro líquido do exercício no valor de R\$41.910 mil, após a compensação dos prejuízos dos exercícios anteriores e uma vez feita a provisão para o imposto de renda, foi aplicado o percentual de 5%, conforme art. 193 da Lei das S.A., que totalizou R\$2.096 mil destinados à reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado do período	41.910	37.315
(-) Reserva legal (5%)	(2.096)	(1.866)
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladas)	1.751	1.866
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladora)	<u>4.318</u>	2.066
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	<u>45.883</u>	39.381
Dividendo mínimo obrigatório	<u>16.059</u>	13.783
(-) Dividendos intercalares pagos no exercício	(9.028)	-
(-) Dividendos	(3.492)	-
(-) Juros sobre o capital próprio (JSCP)	(4.164)	(16.767)
(+) Imposto de renda retido na fonte	<u>304</u>	2.515
Dividendos a destinar	<u>321</u>	469

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Sim, de acordo com o previsto na lei.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Pelo §1º do art. 38, do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do *caput* do referido art., será distribuída, a título de dividendo, quantia não inferior a 35%, a ser paga semestralmente, não importando a classe de ações.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A ação preferencial tem os mesmos direitos aos dividendos fixos ou mínimos que as ações ordinárias, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do art. 38 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido resultante, após as deduções legais e estatutárias, será distribuída quantia não inferior a 35%.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O dividendo mínimo obrigatório é de 35% e a Companhia está pagando 35%.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendos no exercício de 2012.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O art. 39 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Foram constituídas em 31 de dezembro de 2012 reservas para investimentos no montante de R\$29.124 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado com base no orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e sujeito à aprovação pela Assembleia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Foram destinados R\$ 29.124 mil na forma de lucros retidos à conta de Reserva para Investimentos e objetiva atender o programa anual de investimentos da Companhia, estabelecido no orçamento de Capital de 2013, também a ser submetido à próxima Assembleia Geral ordinária dos Acionistas.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo D deste Manual.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve reserva de incentivos fiscais em 2012.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

*_*_*

ANEXO D

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013

Forjas Taurus S.A. Consolidado

Orçamento de capital para o Exercício de 2013

Descrição	Fontes de Recursos	Investimentos	
		R\$ mil	USD mil
Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	7.968	3.925
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	9.608	4.733
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Próprios	134	66
	Subtotal	17.710	8.724
Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Próprios	2.392	1.178
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Próprios	1.527	752
	Subtotal	3.919	1.930
	Total	21.629	10.655
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)			
Modernização e/ou automação	Próprios	1.635	805
	Total	1.635	805
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	12.632	6.222
	Total	12.632	6.222
Steelinject Injeção de Aços Ltda. - Caxias do Sul (RS)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	3.330	1.640
	Total	3.330	1.640
Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil		39.226	19.323
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Próprios	515	254
Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A (Consolidado)		39.741	19.577

* Dolar R\$/USD 2,03

Dennis Braz Gonçalves
Diretor Presidente e Administrador

Dóris Beatriz França Wilhelm
Diretora de Relações com Investidores

ANEXO E

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.6. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Luis Fernando Costa Estima	77 anos	Administrador	007.955.770-87	Presidente do Conselho de Administração	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia
Fernando José Soares Estima	47 anos	Administrador	438.874.900-10	Vice-Presidente do Conselho de Administração	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia
Danilo Angst	55 anos	Bancário e Economiário	290.372.550/00	Membro Conselho de Administração	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Não

¹ Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

² Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO ²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Marcos Tadeu de Siqueira	57 anos	Pensionista	945.554.198/04	Conselheiro de Adm. Independente	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Não
Ruy Lopes Filho	66 anos	Engenheiro	186.701.058-53	Conselheiro de Adm. Independente	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia
Hugo Eurico Irigoyen Ferreira	74 anos	Engenheiro	001.983.310/53	Conselheiro de Adm. Independente	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia
Carlos Augusto Junqueira	34 anos	Advogado	073.166.607-08	Conselheiro de Adm. Independente	26.04.2013	N/A	AGO de 2015	N/A	Não
Reinaldo Fujimoto	55 anos	Pensionista	152.783.101/97	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
José Ivo dos Santos Loss	57 anos	Bancário	197.530.710-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Amoreti Franco Gibbon	64 anos	Bacharel em Ciências Contábeis	070.645.780-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Edgar Panceri	59 anos	Contador	175.382.540-72	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO ¹	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO ²	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Juliano Puchalski Teixeira	35 anos	Advogado	908.177.880-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi	35 anos	Advogado	926.229.760-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Romildo Gouveia Pinto	64 anos	Bancário e Economista	019.657.274/68	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Leonço Barboza de Alencar	55 anos	Bancário e Economiário	803.246.578/20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Não
Marcelo de Deus Saweryn	39 anos	Contador	625.827.800/06	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia
Lisiane Miguel Wilke	37 anos	Contadora	631.500.500/49	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26.04.2013	N/A	AGO de 2014	N/A	Indicado pelos Controladores Atuais, nos termos do Estatuto Social da Companhia

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, fornecer:

a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, o cargo e as funções inerentes ao cargo, a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

a.i. Luis Fernando Costa Estima

a.i.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais, pela PUC/RS

Bacharel em Administração de Empresas, pela UFRGS

Diretor Vice Presidente da Taurus Holdings, Inc; Administrador da Taurus Blindagens Ltda.; Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. e da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e da Invespar Investimentos e Participações Ltda.

Diretor e Membro do Conselho de Administração da ABRASCA.

a.i.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Atual Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

a.ii. Fernando José Soares Estima

a.ii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Bacharel em administração de empresas pela universidade Anhembi Morumbi/SP;

Pós-Graduação em Marketing pela PUC/RS;

Presidente da Companhia Estima de Participações (2006-2011);

Gerente de Marketing da Santista Têxtil - Grupo Bung y Born (1991-1993).

a.ii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Executivo da El Monasterio S.A. (2002-2006);
Atual Vice Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.
Atual Integrante do Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas da Forjas Taurus S.A.

a.iii. Danilo Angst

a.xiii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Graduação em Ciências Contábeis pela PUC/RS (1983);
Pós-Graduação em Administração com ênfase em Marketing pela UFRGS/RS (1995);
MBA em Estratégia e Organização pela Universidade Fluminense (2008);
MBA Altos Executivos Banco do Brasil pela COPPEAD (1997);
Mestrado em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense (2007);
Gerente Executivo Banco do Brasil (1999-2001);
Superintendente de Varejo Banco do Brasil (2002-2007);
Superintendente Regional Banco do Brasil (1996-1999);
Diretor Banco do Brasil (1999);
Diretor do Conselho de Administração da Associação Comercial do Rio de Janeiro (2004-2005);
Conselheiro do Conselho de Administração do SEBRAE Paraná, Rio de Janeiro (2002-2007);
Presidente do Conselho de Administração da ASBAN (2002-2003);
Diretor do Conselho de Administração da Associação de Bancos e Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro (2004-2007)
Atual Integrante do Comitê de Auditoria e Riscos da Forjas Taurus S.A.

a.iii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Atual Conselheiro de Administração da Forjas Taurus S.A.

a.iv. Marcos Tadeu de Siqueira

a.iv.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Formado em Administração de Empresas pelo Instituto Champagnat de Estudos Superiores.

De 2003 a 2004: Cobra Tecnologia S.A.: Conselheiro de Administração Suplente.

De 2007 a 2010: Grupo Ibmecc Educacional: Gerente de Operações.

De 2007 a 2010: Grupo Ibmecc Educacional: Professor/Coaching CBA Gestão de Negócios.

De 2009 a 2011: AMCHAM - American Chamber of Commerce: Vice-Presidente Comitê de Gestão Empresarial.

Desde 2010: Confederação Nacional da Indústria – CNI: Membro do Comitê Gestor do Projeto Custos e Rateio.

Desde 2011: Confederação Nacional da Indústria – CNI: Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Desde 2012: ALL - América Latina Logística S.A.: Conselheiro Fiscal Titular.

Desde 2012: IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Conselheiro de Administração Certificado.

Desde 2013: Diretor Nacional de Operações do SESI.

a.iv.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.v. Ruy Lopes Filho

a.v.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968) e pós-graduado em Engenharia Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969).

Durante o período de maio de 1999 a janeiro de 2006 ocupou o cargo de Diretor de Planejamento, Comunicação Social e Desenvolvimento de Negócios do Grupo Gerdau.

A partir de então passou a Vice-Presidente de Projetos Estratégicos.

Em julho de 2008 aposentou-se da Gerdau dedicando-se como profissional liberal a empreendimentos imobiliários e ocupar cargos de conselheiro em conselhos de administração de empresas nacionais.

Desde 2008 atua como conselheiro das seguintes empresas:

- Artecola Indústrias Químicas Ltda – Conselho Deliberativo
- Viação Ouro e Prata S.A. – Conselho Consultivo
- Randon S.A. – Conselho Deliberativo
- Sabemi Seguradora S.A. – Conselho Consultivo
- Paquetá Calçados Ltda – Conselho Consultivo
- Medabil Sistemas Construtivos S.A. – Conselho Deliberativo
- Madereira Herval Ltda – Conselho Consultivo

a.v.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

- Randon S.A. – Conselho Deliberativo

a.vi. Hugo Eurico Irigoyen Ferreira

a.vi.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Formou-se em Engenharia Mecânica em 1962 pela Universidade Federal do RGS. Graduado em 1976 no Programa de Administração Financeira da Fundação Getúlio Vargas (SP) e em 1980 no Programa Executivo da Stanford University da Califórnia (USA), onde também participou em 2007 do Fórum de Diretores e em 2009 do Consórcio de Diretores, ambos dedicados à Governança Corporativa.

Em Setembro de 1998 foi promovido a Presidente da Dana South America tendo retornado ao Brasil, permanecendo nessa função e no Comitê Operacional Mundial até Dezembro de 2004, quando se aposentou. Permaneceu, no entanto, representando a Dana até Março de 2007 no Conselho Superior do Sindipeças – Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores. Também é Presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Automotiva da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

Atualmente é membro eleito do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações de Caxias do Sul, RS, sendo Diretor da Regional do Sindipeças em Santa Catarina e um dos representantes do Brasil no Mercoparts – Conselho de Fabricantes de Autopeças do Mercosul, onde participa desde sua fundação em 2004.

a.vi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Atualmente é membro eleito do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações de Caxias do Sul, RS.

a.vii. Carlos Augusto Junqueira

a.vii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Advogado graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, especializado em Direito Societário e Mercado de Capitais. Trabalha desde 2001 como associado e, desde 2009, como sócio do Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados. Possui grande experiência nessas áreas, tendo atuado em dezenas de transações assessorando emissores, ofertantes e instituições financeiras em distribuições

de ações, títulos de dívida (convertíveis e permutáveis), cotas de fundos de investimento de diversas espécies, assim como em reestruturações societárias de companhias abertas, envolvendo ou não a captação de recursos. Participou de algumas das mais importantes ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) lançadas nos últimos 10 anos, também possuindo reiterada atuação em processos administrativos sancionadores iniciados pela CVM; cursou Law of Business Enterprises na Harvard University em 2007; é coordenador jurídico do Projeto Cantagalo de regularização fundiária urbana, desde 2008, assunto no qual se especializou em virtude de sua atuação pro bono no caso, que resultou na concessão dos primeiros 44 títulos de propriedade em uma favela em área pública no Brasil; é Vice-Presidente do Instituto Atlântico desde 2009, associação civil sem fins lucrativos, que visa fomentar políticas públicas eficientes e estimular o engajamento da sociedade civil em questões de interesse coletivo; professor supervisor da Clínica de Mercado de Capitais, atual LAMCA, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Direito Rio) desde 2010; é membro da Câmara de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo desde 2011.

a.vii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.viii. Reinaldo Fujimoto

a.viii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Graduado em Ciências Contábeis pela instituição UNICEUB em 2003.

De 2003 a 2008 foi Presidente da FENABB (Federação Nacional das AABB), considerada a maior rede de clubes autônomos do mundo localizada em um único país e gerida de modo unificado.

a.viii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.ix. José Ivo dos Santos Loss

a.ix.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.ix.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.x. Amoreti Franco Gibbon

a.x.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Membro do Conselho Fiscal da Lupatech S.A., companhia aberta que tem por atividades principais produtos e serviços destinados à indústria petrolífera. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se a fiscalização dos atos da administração da companhia.

a.x.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.xi. Edgar Panceri

a.xi.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 1995: Assistente técnico no Escritório de Perícias Contábeis, que tem por atividade principal a prestação de serviços de assistência técnica na área cível. Neste cargo, exerce as funções de assistente técnico, tanto na qualidade de perito do juízo como na de assistente técnico das partes.

a.xi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.xii. Juliano Puchalski Teixeira

a.xii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

De 2006 a 2012: Sócio da TT Advogados, exercendo, neste cargo, as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia.

De 2011 a 2012: Professor Universitário da Faculdade Dom Alberto, exercendo, neste cargo, as funções inerentes ao magistério universitário (direito econômico e contratos).

a.xiii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Companhia Aberta	Cargo de Administração	Período
Forjas Taurus S.A.	Conselheiro Fiscal	De 2006 até a presente a data.

a.xiv. Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi

a.xiv.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 2007: Sócio do Francesconi Advogados, escritório que tem por atividade principal a advocacia empresarial. Neste cargo, exerce as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia empresarial.

a.xiv.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.xv. Romildo Gouveia Pinto

a.xv.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 01/04/2011: Membro do Conselho Fiscal da COTEMINAS – Companhia de Tecidos Norte de Minas, companhia aberta que tem por atividade principal a produção e comercialização de fios, tecidos, confecção de artigos têxteis em geral. Neste cargo, exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Desde 01/06/2010: Presidente do Conselho Fiscal da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e

executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Desde 01/12/2008: Membro do Conselho Deliberativo da ANABBPREV – Fundo de Pensão Multipatrocinado, que é uma entidade fechada de previdência complementar cuja atividade principal é executar e administrar planos de natureza previdenciária constituídos pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. – ANABB e demais instituidores que venham a ser admitidos mediante convênio de adesão. Neste cargo, exerce as funções definidas no Estatuto Social da ANABBPREV, dentre as quais destaca-se a deliberação acerca das seguintes matérias: (i) política geral de administração e de planos de benefícios; (ii) alterações dos regulamentos dos planos de benefícios, bem como sua implantação e extinção, nas hipóteses determinadas no Estatuto Social; e (iii) orçamento, balancetes, balanço e prestação de contas anuais.

Desde 01/06/2008: Membro do Conselho Fiscal da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que é uma entidade fechada de previdência privada cujos seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI, tendo por atividade principal administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados. Neste cargo, exerce as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros fiscais, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização dos atos dos administradores; (ii) o exame e opinião acerca das demonstrações financeiras anuais; e (iii) a opinião sobre o relatório anual da administração e determinadas propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral.

Destaca-se que a PREVI, nesta data, detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Companhia.

De 01/04/2007 a 30/04/2008: Presidente do Conselho de Administração da Fiago Participações S.A., companhia aberta em fase de liquidação, cuja atividade principal consistia na participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou

comerciais, como sócia, quotista ou acionista. Neste cargo, exerceu as funções legais e estatutárias atribuídas aos conselheiros da administração, dentre as quais destaca-se: (i) a fiscalização da gestão dos diretores; (ii) a manifestação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; e (iii) a manifestação prévia sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir.

a.xv.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Companhia Aberta	Cargo de Administração	Período
COTEMINAS – Companhia de Tecidos Norte de Minas	Membro do Conselho Fiscal	desde 01/04/2011
Fiago Participações S.A. (atualmente em fase de liquidação)	Presidente do Conselho de Administração	01/04/2006 a 30/04/2008

a.xvi. Leonço Barboza de Alencar

a.viii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

De Agosto/2007 a Setembro/2010: Gerente de Divisão do Banco do Brasil.

De Setembro/2012 a 2013: Professor da União das Instituições Educacionais de São Paulo – UNIESP.

a.xvi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.xvii. Marcelo de Deus Saweryn

a.xvii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 1994: Sócio-Diretor da SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de auditoria, consultoria, assessoria tributária, contabilidade e perícia contábil. Neste cargo, exerce as seguintes funções: a prestação de serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação dos procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas; exame das demonstrações

financeiras para fins de aquisições, fusões, cisões parciais e totais, etc.; auditoria interna; assessoria tributária e perícia contábil, incluindo assessoramento em processos judiciais, assistência técnica em perícias judiciais e levantamos internos ou em partes relacionadas.

a.xvii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

a.xviii. Lisiane Miguel Wilke

a.xviii.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde Novembro/2001: *Compliance* na AGIPLAN Financeira S.A. CFI, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de crédito pessoal, crédito consignado, cartão de crédito, seguros e consórcios. Neste cargo, exerce as seguintes funções: é responsável pelo *compliance*, controles internos e gerenciamento de risco, atendendo a regulamentação do Banco Central do Brasil.

De Fevereiro/2010 a Novembro/2011: Gerente Administrativo Financeira na Arcadia Urbanismo, que tem por atividades principais a incorporação e urbanismo de condomínios de lotes residenciais. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: controle das atividades financeiras, compreendendo fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais, estudo de viabilidade financeira para novos empreendimentos e negociação com instituições financeiras.

De Fevereiro/2009 a Fevereiro/2010: Sócia Gerente na SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes, sociedade que tem por atividades principais a prestação de serviços de auditoria, consultoria, assessoria tributária, contabilidade e perícia contábil. Neste cargo, exerceu as seguintes funções: prestação de serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação dos procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas e auditoria interna, analisando estrutura de controles internos e gerenciamento de risco.

De 2001 a 2008: Gerente Financeiro, Gerente de Auditoria e Gerente de Controles Internos no Grupo Sabemi, que tem por atividade principal a atuação no segmento de crédito consignado junto a servidores públicos federais, estaduais e municipais de órgãos da administração direta, civis e militares (Aeronáutica, Exército e Marinha), autarquias e fundações. Nestes cargos, exerceu, respectivamente, as seguintes funções: (i) controle das atividades financeiras, compreendendo fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais e negociação com instituições financeiras; (ii) estruturação do departamento de auditoria interna, iniciando pelo mapeamento dos processos,

identificação, análise e mitigação dos riscos, implementação de controles internos; e (iii) coordenação do planejamento estratégico, gerenciamento de risco, acompanhamento e teste dos controles internos.

a.xviii.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia

A indicada para o Conselho Fiscal, Sra. Lisiane Miguel Wilke, durante as experiências profissionais na SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes (Fevereiro/2009 a Fevereiro/2010) e na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (1994/2000), indica dentre os principais clientes atendidos a Famastil Taurus Ferramentas.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

O indicado para Conselheiro de Administrador Independente Carlos Augusto Junqueira, liderou os serviços de assessoria jurídica prestados à Companhia no processo de reestruturação societária.

*_*_*

ANEXO F

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2013, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 14.400 mil, assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 3.992,1 mil do Conselho de Administração; e (ii) remuneração fixa de R\$ 4.107,9 mil, mais a remuneração variável de até R\$ 4.107,9 mil, além dos benefícios e encargos da Diretoria Estatutária, no valor de R\$ 10.407,9 mil. Para os membros do Conselho Fiscal, cuja remuneração mensal fixada é equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, propõe-se o montante global de R\$418.176,00 mil.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2013, foi aprovada uma nova Política de Remuneração para gestores para as empresas Taurus no Brasil, cujo nome ficou como PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, que engloba a seguinte população de elegíveis:

- Diretoria Estatutária
- Diretoria Executiva
- Gerentes
- Coordenadores e
- Supervisores

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril,

valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, alavancado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social como “Participação Estatutária” e guarda proporção com o lucro líquido da Companhia, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço e previsto na legislação em vigor.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano, recolhimento do FGTS, uma vez que não é obrigatório, bem como automóvel para uso em serviço, sendo de propriedade da Companhia.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios, incluindo o FGTS. Não foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2011, 2012 e previsto 2013.

Forjas Taurus Realizado 2011

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	65,2%	21,3%	13,5%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2012

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	81,5%	0%	18,5%	100,0%

Forjas Taurus Previsto 2013

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	46,9%	46,9%	6,2%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

Com a introdução do PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, foram definidos pelo Conselho de Administração as macro metas, onde o condicionante básico é o atingimento do lucro líquido do exercício, para depois serem analisadas as metas individuais. Além disto, para cada diretor elegível foram criadas 3 metas que servirão de base para pontuação e avaliação no cálculo da remuneração variável (bônus).

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 60% da Meta de Lucro Líquido do Exercício, já estabelecida para 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais conforme segue abaixo:

Fase I: Lucro Líquido do Exercício consolidado de Forjas Taurus S.A. - LLE

- LLE atingiu 100% = 4 salários
- LLE atingiu entre 80% a 99,99% = 2 salários
- LLE atingiu entre 60% a 79,99% = 1 salário
- LLE atingiu abaixo de 60% = Zero

Fase II: Salários adicionais em relação às 3 metas individuais, quando o LLE ultrapassar 60% da meta

- 1 meta atingida = 1 salário
- 2 metas atingidas = 3 salários
- 3 metas atingidas = 6 salários
- 40% dos salários adicionais em relação às 3 metas poderão ser pagos por meio de um Plano de Opções de Ações, conforme regulamentação e aprovação posteriores.

Regra de superação: se o LLE - Lucro Líquido do Exercício ficar acima de 100% do orçado, o percentual de aumento será dividido por dois e acrescido à participação normal, respeitando em todos os casos, o limite legal previsto no Estatuto Social da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros de administração de acordo com a prática de mercado e conselheiros fiscais, de acordo com a legislação em vigor.
- Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- Quase manutenção da remuneração fixa do conselho de administração previsto para 2013 contra o realizado em 2012.
- Foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento e do acompanhamento entre o orçado e o realizado das principais contas de balanço, a partir de premissas macroeconômicas e de cenários.
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira, observados os limites máximos previstos no plano de remuneração variável.
- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhado entre o orçado e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/13 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3.992.100,00	4.107.900,00	418.176,00	8.518.176,00
Benefícios direto e indireto	0,00	220.308,00	0,00	220.308,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.971.792,00	0,00	1.971.792,00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 1.643.160,00 e FGTS = R\$ 328.632,00		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.107.900,00	0,00	4.107.900,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	3.992.100,00	10.407.900,00	418.176,00	14.818.176,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/12 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	4,25	5,00	16,25
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	3.900.000,00	3.931.637,33	417.167,30	8.248.804,63
Benefícios direto e indireto	0,00	492.446,49	0,00	492.446,49
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.100.858,45	0,00	1.100.858,45
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 786.327,47 e FGTS = R\$ 314.530,99.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Cálculo nº de membros = Jan a Mar = 4 / Abr a Jun = 3 / Jul a Dez = 5 / Média = 4,25 membros		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	3.900.000,00	5.524.942,27	417.167,30	9.842.109,57

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/11 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,00	3,58	3,00	13,58
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.553.855,77	6.331.637,00	530.584,11	8.416.076,88
Benefícios direto e indireto	0,00	803.075,39	0,00	803.075,39
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.184.474,36	0,00	2.184.474,36
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 1.680.943,40 e FGTS = R\$ 506.530,96.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.073.080,00	0,00	2.073.080,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Cálculo nº de membros = Jan a Jun = 4 / Jul a Nov = 3 / Dez = 4 / Média = 3,58 membros		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	1.553.855,77	11.392.266,75	530.584,11	13.476.706,63

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/10 – Valores Anuais (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	142.620,00	6.839.645,00	512.973,38	7.495.238,38
Benefícios direto e indireto	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.311.500,60	0,00	3.311.500,60
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 2.764.329,00 e FGTS = R\$ 547.171,60.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.982.000,00	0,00	6.982.000,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	142.620,00	17.453.145,60	512.973,38	18.108.738,98

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4,25	5	16,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.931.637,33	-	3.931.637,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.931.637,33	-	3.931.637,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0,00	-	0,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3,58	3	13,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.073.308,00	-	2.073.308,00

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	4	3	13
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	6.982.000,00	-	6.982.000,00

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.801.184	119.550	10.920.734	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

a) **órgão:**

Diretoria Estatutária

b) **número de membros:**

03 (três)

c) nome do plano:

Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

01 (um)

e) condições para se aposentar antecipadamente:

Não existem tais condições.

f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$ 4.238.320,30

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores:

R\$ 344.581,34

h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Número de Membros	4,25	3,58	4	7	7	6	5	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	2.028.657,32	2.592.141,63	5.588.817,95	1.800.000,00	700.000,00	23.770,00	83.433,46	176.861,37	170.991,13
Valor da menor remuneração (R\$)	456.176,75	2.478.107,12	1.118.971,65	300.000,00	155.833,33	23.770,00	83.433,46	176.861,37	170.991,13
Valor médio da remuneração (R\$)	1.162.132,91	3.183.035,41	4.363.286,40	557.142,85	221.979,40	23.770,00	83.433,46	176.861,37	170.991,13

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo garantida a extensão de no mínimo 6 meses de acordo com a legislação e para os diretores com mais de 10 anos, há uma regra de manutenção;
- Facultada a permanência no plano de saúde em caso de desligamento, de acordo com tabela própria da empresa, de acordo com o tempo de serviço; e
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, uma vez que desde julho de 2011, após a Reestruturação Societária, a Companhia não tem a figura do controlador, uma vez que o Sr. Luis Fernando Costa Estima passou a deter apenas 43,8% do capital votante, não existindo Acordo de Acionistas ou Grupo de Controle.

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como

remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Fernando Costa Estima, era o controlador indireto da Companhia, através da sociedade Polimetal Participações S.A. (“Polimetal”), até julho de 2011, quando ocorreu a Reestruturação Societária e a Polimetal passou a ser subsidiária integral da Companhia, com aumento de capital e diluição dos acionistas, e troca de ações preferenciais por ordinárias. Após a Reestruturação Societária, o antigo controlador passou a deter 43,8% do capital votante da Companhia, de modo que não há mais a figura do controlador indireto ou direto. A este respeito, indicamos abaixo a remuneração obtida pela Administração nos últimos três exercícios sociais:

Ano	Remuneração Diretoria Estatutária (em R\$)	Remuneração do Conselho de Administração (em R\$)
2012	-	-
2011	1.997.264,00	150.000,00
2010	2.864.000,00	23.686,00

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não aplicável.

*_*_*

ANEXO G

INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 56 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Conforme art. 11 da Instrução CVM 481)

I. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO PROPOSTA E ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA ALTERAÇÃO.

Atual Estatuto Social	Proposta de Reforma ao Estatuto Social	Justificativa e Efeitos Jurídicos e Econômicos da Reforma
<p>Art. 56 – parágrafo único Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.</p>	<p>Art. 56 – parágrafo único Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, <u>o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.</u> qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.</p>	<p>Trata-se da proposta da Administração da Companhia para alteração do parágrafo único do Artigo 56 de seu Estatuto Social, de forma a refletir as mudanças introduzidas no Regulamento de Arbitragem, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA em setembro de 2011, o qual entrou em vigor em 26 de outubro daquele ano.</p> <p>A este respeito, a Administração da Companhia esclarece que referida proposta tem por objetivo adequar a redação do dispositivo com relação à correta previsão das medidas cautelares cabíveis previamente e durante o curso de eventual procedimento arbitral.</p> <p>A Administração da Companhia esclarece, ainda, que não há efeitos econômicos e/ou jurídicos adversos decorrentes da proposta de alteração ora apresentada.</p>

II. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

“ESTATUTO SOCIAL DE FORJAS TAURUS S.A.

Capítulo I

Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração

Artigo 1º - FORJAS TAURUS S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Aberta, que se rege pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e por este Estatuto Social.

Parágrafo 1º - As disposições contidas nos Capítulos VII, VIII e XI, bem como nos artigos 5º, Parágrafo 4º; 10, Parágrafo 2º; 13, incisos IV e V; 19, Parágrafos 1º e 2º; 27, incisos XIX e XXX; 33, Parágrafo 1º; e 57 somente terão eficácia a partir da data de início de negociação das ações de emissão da Companhia no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Nível 2” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente).

Parágrafo 2º - Com a admissão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitar-se-ão também às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”).

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida do Forte, 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- I - a indústria, o comércio, a importação e a exportação de:
- a) armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, tais como cintos, cinturões e coldres;
 - b) munição, componentes e matérias-primas para munição;
 - c) ferramentas manuais, artigos de cutelaria, ferramentas de corte, máquinas operatrizes e ferramental de produção;
 - d) coletes à prova de balas, roupas e acessórios destinados à proteção e segurança pessoal;

- e) produtos de segurança diversos para uso militar, policial, civil ou ainda para a prática de esportes;
 - f) aparelhos e instrumentos de sinalização, alarme, controle, inspeção, proteção e segurança;
 - g) roupas e acessórios do vestuário para uso em geral, bem como para a prática de esportes;
 - h) peças forjadas em geral.
- II - a prestação de serviços de assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividade retro mencionados;
- III - a concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto;
- IV - a locação de bens próprios, móveis e imóveis; e
- V - a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Parágrafo Único - A Companhia poderá vir a instituir uma Fundação destinada a promover o desenvolvimento de seus colaboradores e da comunidade em geral, por meio de programas destinados a incentivar a cultura, a educação e o desenvolvimento sustentável, para a qual a Instituidora poderá aportar mensalmente recursos destinados ao custeio de todas as atividades, até o limite anual de 4% (quatro por cento) do salário-base anual dos empregados da Companhia e demais empresas controladas da Companhia conveniadas à Fundação (sem quaisquer acréscimos), conforme último balanço auditado consolidado da Companhia.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II

Capital, Ações e Acionistas

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$257.797.469,79 (duzentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, e setenta e nove centavos), representado por 141.412.617 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentas e doze mil, e seiscentas e dezessete) ações, sendo 47.137.539 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, e quinhentas e trinta e nove) ordinárias e 94.275.078 (noventa e quatro milhões, duzentas e setenta e cinco mil, e setenta e oito) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - A Companhia terá as ações de sua emissão listadas para negociação na BM&FBOVESPA, devendo para tanto respeitar os requisitos legais e regulamentares estabelecidos, de tal modo que se criem condições favoráveis

à negociação de seus títulos e à captação de recursos para financiamento de seus projetos de expansão, aumento de produtividade, competitividade e, por conseguinte, de sua perpetuação.

Parágrafo 2º - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral ou Especial.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais emitidas pela Companhia têm as seguintes características:

(i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;

(ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias;

(iii) direito ao recebimento de um valor, por ação preferencial, correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago aos acionistas alienantes do Poder de Controle na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social;

(iv) exceto com relação às deliberações acerca das matérias especificadas no Parágrafo 4º abaixo, não conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos.

Parágrafo 4º - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento

do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 5º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a prestação dos serviços de ações escriturais.

Parágrafo 6º - A propriedade da ação escritural presume-se pelo registro em conta de depósito de ações, aberta em nome do acionista nos livros da instituição financeira depositária.

Parágrafo 7º - A transferência da ação escritural opera-se pelo lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder da instituição.

Parágrafo 8º - A instituição depositária fornecerá ao acionista extrato da conta de depósito das ações escriturais, sempre que solicitado, ao término de todo o mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

Parágrafo 9º - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração até o limite de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações, todas sem valor nominal, observando-se que o número de ações preferenciais não poderá exceder a 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição (pública ou privada), o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição sem respeitar a proporção.

Artigo 7º - A emissão de ações para subscrição pública ou particular, para integralização em dinheiro, bens ou mediante a capitalização de créditos, dentro dos limites do capital autorizado, será efetivada por deliberação do Conselho de Administração, observadas as seguintes condições:

- I. *em se tratando de emissão destinada à subscrição particular, a Diretoria comunicará aos acionistas, mediante aviso publicado pela imprensa ou carta registrada, a deliberação do Conselho de Administração de aumentar o capital, oferecendo-lhes um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para exercício dos respectivos direitos de preferência;*
- II. em qualquer hipótese, o valor mínimo de realização inicial será de 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações subscritas, devendo o saldo ser integralizado de acordo com chamadas da Diretoria, em prazos a serem fixados pelo Conselho de Administração, que não poderão exceder 12 (doze) meses da data de emissão; e
- III. a emissão de ações para integralização em bens dependerá de prévia avaliação, na forma da lei.

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Parágrafo 4º do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos previstos nos incisos I e II, do caput do Artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - O critério de atribuição de dividendos às ações emitidas nos termos deste Artigo será sempre fixado, de modo claro e preciso, na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre cada emissão. Tais ações, porém, participarão sempre e integralmente dos subsequentes aumentos de capital por capitalização de lucros e/ou reservas.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração disporá sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital privado durante o prazo do exercício de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre aqueles que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrevê-las.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.

Artigo 8º - A Diretoria poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, grupamento e transferência de ações pelo prazo máximo de 15 dias consecutivos antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

Seção I

Suspensão do Exercício de Direitos

Artigo 9º - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

Parágrafo 2º - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

Parágrafo 3º - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo 4º - A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

Seção II

Acordo de Acionistas

Artigo 10 – A Companhia deverá observar os acordos de acionistas quando arquivados em sua sede social.

Parágrafo 1º - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas cujas disposições conflitem com as normas legais ou deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle será registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Artigo 11 - Os acordos de acionistas não poderão ser invocados para eximir o acionista de responsabilidade no exercício do direito de voto ou do poder de controle.

Capítulo III **Assembleia Geral**

Artigo 12 - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Único - A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observadas as prescrições legais pertinentes.

Seção I **Competência**

Artigo 13 - Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no Artigo 122 e em outros dispositivos da Lei nº 6.404/76:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração;
- III. fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia;
- IV. deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Nível 2;
- V. escolher a empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, nos termos previstos no Capítulo VII abaixo;
- VI. aprovar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros benefícios aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 7º deste Estatuto Social;
- VII. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro e de distribuição de dividendos pela Companhia apresentada pela administração;
- VIII. decidir sobre eventuais bonificações, grupamentos e desdobramentos de ações; e
- IX. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

Seção II

Convocação

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei ou neste Estatuto, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

Seção III

Legitimação e Representação

Artigo 15 – Para poder participar da Assembleia Geral os acionistas ou seus representantes legais deverão exhibir, além do documento de identidade, comprovante da instituição financeira depositária das ações, expedido com a antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia.

Parágrafo 1º - A Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

Parágrafo 2º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto no Parágrafo 7º do Artigo 118 da mesma lei, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia .

Parágrafo 3º - Desde que (i) por escrito; e (ii) no estrito interesse da Companhia, os acionistas poderão enviar à Companhia, aos cuidados do Presidente do Conselho de Administração, solicitação de inclusão de matérias na ordem do dia da Assembleia Geral. A Companhia poderá rejeitar tal solicitação, em parte ou em sua totalidade, desde que tal recusa seja devidamente justificada, por escrito, e arquivada na sede social, juntamente com a respectiva solicitação.

Seção IV

“Quorum” de Instalação

Artigo 16 – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda, convocação, com qualquer número de acionistas.

Seção V

Mesa

Artigo 17 - Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por Mesa presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do órgão; e, no caso de ausência ou impedimento de ambos, por acionista eleito dentre os presentes.

Parágrafo 1º - O Secretário da Assembleia será designado pelo Presidente da Mesa.

Parágrafo 2º - O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores ou seus substitutos estarão, necessariamente, presentes à Assembleia Geral a fim de prestar eventuais esclarecimentos e informações aos acionistas e à Mesa a respeito de matérias compreendidas em suas atribuições.

Seção VI

Deliberações

Artigo 18 – Respeitadas as exceções legais, a Assembleia Geral, somente poderá deliberar acerca de assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo Único – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou nulos, e observando-se, quando for o caso, o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76 e o disposto no Artigo 47, parágrafo 1º, deste Estatuto.

Capítulo IV

Administração da Companhia

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 19 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

Parágrafo 1º - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração ou no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, conforme o caso, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e mediante prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 3º - A partir da investidura em seus cargos, os administradores deverão prestar as informações exigidas pela regulamentação aplicável, inclusive comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos e respectivas alterações.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 20 - O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se inicia com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Parágrafo 1º – Os Controladores Atuais assegurarão aos Acionistas Titulares de Ações em Circulação o direito de eleger, nas Assembleias Gerais, até 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham eleito a maioria dos respectivos membros. Para tanto, cada ação, ordinária ou preferencial, dos Acionistas Titulares de Ações em Circulação valerá um voto e, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º abaixo, todos os titulares de Ações em Circulação votarão indistintamente, sendo eleito(s) o(s) candidato(s) mais votado(s).

Parágrafo 2º – A prerrogativa prevista no Parágrafo 1º acima não será aplicável caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações assegure(m) a eleição por Acionistas Titulares de Ações em Circulação de, pelo menos, 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 3º – Caso, o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações assegure(m) a eleição por Acionistas Titulares de Ações em Circulação de apenas 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, os Controladores Atuais assegurarão aos Acionistas Titulares de Ações em Circulação o direito de eleger mais 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os Acionistas Titulares de Ações em Circulação que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º – Para fins do disposto neste Estatuto Social, Acionistas Titulares de Ações em Circulação significa os acionistas não-controladores, excluindo os Controladores Atuais, conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 52 abaixo.

Parágrafo 5º - Desde que os Controladores Atuais tenham eleito a maioria dos membros do Conselho de Administração, adicionalmente ao disposto nos Parágrafos acima, os dois acionistas titulares da maior quantidade de ações preferenciais de emissão da Companhia terão o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação.

Artigo 21 - No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido neste Artigo.

Parágrafo 1º - Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se “Conselheiro Independente” o Conselheiro que:

- I. não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social;
- II. não for Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não for, não ser ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa);

- III. não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- IV. não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- V. não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;
- VI. não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
- VII. não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 3º - Também será considerado Conselheiro Independente o Conselheiro que tiver sido eleito com base na faculdade prevista pelos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 4º - A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Artigo 22 - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

Parágrafo 1º - Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento referidos no *caput* deste artigo.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 23 - Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

Parágrafo Único – A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido, divulgar o teor de tal pedido, por meio eletrônico, para a CVM e para a

BM&FBOVESPA, comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

Artigo 24 - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 1º - Competirá ao Presidente e, em sua falta ao Vice-Presidente, convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que se verificou a vacância, eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º - Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

Artigo 25 - O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, de modo que os membros do conselho possam se informar adequadamente sobre os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único - Será dispensada a convocação de que trata este Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

Artigo 26 - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, observado o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade, em caso de empate na votação,

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de telefone, correio eletrônico, vídeo conferência ou outro meio de comunicação que permita a todos os participantes da reunião a perfeita compreensão das deliberações discutidas, sendo certo que os membros do Conselho de Administração que participarem da referida reunião, por qualquer de tais meios, serão considerados, para todos os fins, presentes à reunião.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração deverão sempre constar de atas, que deverão ser assinadas pelos Conselheiros presentes e lavradas no competente Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão ser (i) referidos na ata da respectiva reunião, (ii) posteriormente confirmados em documento por escrito, entregue ao Presidente do Conselho de Administração, e (iii) juntados ao respectivo Livro de Atas.

Parágrafo 4º - Nas reuniões do Conselho de Administração será admitido o voto escrito, proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Em tal hipótese, deverá ser observado o procedimento previsto na parte final do parágrafo 3º deste Artigo.

Parágrafo 5º - As atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e publicadas.

Artigo 27 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, inclusive as de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

- IV. convocar anualmente a Assembleia Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;
- V. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da subscrição, inclusive preço e prazo de integralização;
- VII. escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, se houver;
- VIII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- IX. deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, de acordo com o Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76;
- X. deliberar sobre a emissão, conversão, resgate antecipado de notas promissórias, debêntures, bônus e demais títulos para distribuição pública ou privada, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas, nos termos da lei;
- XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;
- XII. declarar *ad referendum* da Assembleia Ordinária dividendos ou juros sobre o capital, com base em balanço anual ou intermediário, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais disposições aplicáveis;
- XIII. deliberar sobre planos estratégicos, políticas empresariais, gestão administrativa de pessoal e financeira, orçamentos e suas respectivas alterações, projetos de expansão, programas de investimento, inclusive de desenvolvimento imobiliário, zelando pelo seu estrito cumprimento;
- XIV. aprovar as políticas financeira e comercial da Companhia e de suas controladas;
- XV. autorizar, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- XVI. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

- XVII. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;
- XVIII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;
- XIX. definir a lista tríplex de empresas especializadas, dentre as quais a Assembleia Geral escolherá a que elaborará o laudo de avaliação econômica das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Nível 2;
- XX. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- XXI. requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia, após autorizado pela Assembleia Geral, quando tal conclave for previsto na legislação;
- XXII. aprovar qualquer transação entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia; ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; observando-se que todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima referidas deverão ser realizadas em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros; e assegurando-se a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;
- XXIII. fixar a remuneração dos Administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral;
- XXIV. instituir o Comitê de Auditoria e Riscos, o Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas e o Comitê de Gestão e Governança Corporativa, eleger os respectivos membros e fixar as respectivas remunerações;
- XXV. autorizar a instituição de fundações, com as finalidades previstas no Artigo 3º, Parágrafo Único, deste Estatuto Social, definindo os termos de seu Estatuto e o valor da dotação financeira necessária a sua implantação;

- XXVI. autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observada política previamente aprovada pelo próprio Conselho de Administração;
- XXVII. definir, com a assessoria do Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas, a política de participação nos lucros e resultados pelos empregados da Companhia, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;
- XXVIII. definir, com a assessoria do Comitê de Auditoria e Riscos, a política de proteção de ativos e passivos financeiros, inclusive com a utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos procedimentos e sistemas de controles internos e de informação (*report*);
- XXIX. aprovar o código de ética e de conduta aplicáveis aos colaboradores da Companhia e zelar pelo seu estrito cumprimento; e
- XXX. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração definirá valores de alçada para a Diretoria poder praticar, independentemente de autorização específica, os atos e operações referidos nos incisos X, XI, XVI, XVII, XVIII e XXII do *caput* deste artigo.

Artigo 28 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção III

Diretoria

Artigo 29 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, em todos os casos atendidos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e no presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º - O prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de impedimento ou vacância definitivos, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

Parágrafo 3º - O Diretor Presidente eleito somente poderá ser nomeado e destituído mediante concordância de 5 (cinco) dentre os 7 (sete) membros do Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 30 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente suas reuniões com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único - A Diretoria deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constar sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio.

Artigo 31 - Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores e das especiais que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração, competirá especificamente:

- I. ao Diretor Presidente: fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria;
- II. aos Diretores Vice-Presidentes: substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração;

- III. ao Diretor de Relações com Investidores: prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e
- IV. aos Diretores sem designação especial: desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Companhia.

Parágrafo 2º - Dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou de um Diretor Vice-Presidente, juntamente com outro Diretor ou Procurador, a prática dos seguintes atos:

- I. a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e
- II. a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social.
- III. a nomeação de procuradores, que deverá ser feita com precisa indicação dos atos e operações que poderão ser praticados assim como do prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para fins judiciais que terão prazo indeterminado.

Parágrafo 3º - Dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador ou, ainda, de dois Procuradores em conjunto, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a Companhia e que não estejam previstos no Parágrafo 2º supra, tais como:

- I. a assinatura de contratos, termos de responsabilidade, títulos de crédito e emissão de cheques;
- II. a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e

Parágrafo 4º - Qualquer Diretor ou Procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:

- I. a emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário; e
- II. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia.

Parágrafo 5º - Dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou Procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

Artigo 32 – Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos.

Parágrafo Único - Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

CAPÍTULO V

Conselho Fiscal

Artigo 33 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento será permanente.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, previsto no Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros e respectivos suplentes, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Artigo 34 - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Parágrafo 1º - Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 3º - Ao menos um dos membros do Conselho Fiscal deverá comparecer às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Capítulo VI

Exercício Social e Distribuição e Retenção de Lucros

Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.

Parágrafo 1º - Observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Companhia deve declarar o pagamento de dividendos em cada semestre, para tanto podendo levantar balanço patrimonial semestral em 30 de junho de cada ano, ou, ainda, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração declarará dividendos à conta de (i) balanço patrimonial semestral ou à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre; ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos serão preferencialmente declarados nos meses de abril e outubro.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38 abaixo.

Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, será destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por

cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:

- I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;
- II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do *caput* deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 3º - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a

Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.

Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais.

Capítulo VII

Alienação do Controle Acionário,

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Artigo 41 – A Alienação do Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente, conforme definido no Regulamento do Nível 2, se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia recebam tratamento igualitário àquele dado ao acionista ou Grupo de Acionistas, conforme definido Regulamento do Nível 2, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação do acionista alienante.

Artigo 42 – A oferta pública referida no artigo anterior será exigida ainda:

- I. sempre que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 43 – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o

valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 44 – A Companhia não poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

Artigo 45 – Deliberado o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Caso os acionistas, em Assembleia Extraordinária, deliberarem a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 ou tal consequência decorrer da aprovação de uma operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, ou do cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – A oferta pública prevista neste Artigo será feita em conformidade com a legislação aplicável, as regras de ofertas públicas de aquisição de ações estabelecidas pela CVM, bem como aquelas estabelecidas no Regulamento de Listagem do Nível 2.

Parágrafo 2º - A decisão de descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 deve ser comunicada por escrito à BM&FBOVESPA com antecedência prévia de 30 (trinta) dias e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a referida descontinuidade.

Parágrafo 3º - A Alienação de Controle nos 12 (doze) meses subsequentes à aprovação da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança

corporativa Nível 2 obrigará o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, a oferecerem aos demais acionistas da Companhia a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as regras aplicáveis à Alienação de Controle neste Capítulo e no Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 4º - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída, realizada de acordo com este Artigo, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no parágrafo acima.

Parágrafo 5º - Na hipótese da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 por um período mínimo de 2 (dois) anos contados da data em que tiver sido formalizada a descontinuidade, salvo se a Companhia tiver o seu controle acionário alienado após a referida formalização.

Parágrafo 6º - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Artigo 47 - O laudo de avaliação previsto nos Artigos 45 e 46 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionistas controladores, devendo satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Artigo da lei.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco ou nulos, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, conforme definido no Parágrafo 2º abaixo, presentes na Assembleia

Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Ações em Circulação significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele(s) vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria,

Parágrafo 3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido nos termos dos Artigos 45 e 46 deste Estatuto Social deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 48 - A realização da oferta pública de ações mencionada nos Artigos 41 e 42 acima dispensa a realização da oferta pública de ações prevista no Artigo 51 abaixo.

Artigo 49 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 1º - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta."

Parágrafo 2º - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 50 - A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está

condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 47 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Capítulo VIII

Oferta Pública em Caso de Aquisição de Participação Substancial

Artigo 51 - Qualquer acionista ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, conforme entendimentos manifestados pela Comissão de Valores Mobiliários na apreciação de casos de que trata a Instrução CVM n.º 361/02, que venha a adquirir ou se torne titular, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, de: (i) 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia que representem 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações do seu capital social ("Acionista Adquirente" e "Participação Substancial"), deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em

quantidade superior ao limite estipulado, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA20"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Nível 2, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - O preço de aquisição na oferta pública de cada ação de emissão da Companhia deverá corresponder ao maior preço pago pelo acionista adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento de Participação Substancial, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

Parágrafo 2º - Haverá dispensa automática da OPA20 por atingimento de Participação Substancial:

- I. quando remanescer o mesmo acionista controlador que era titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, imediatamente antes do atingimento da Participação Substancial;
- II. no caso de atingimento de Participação Substancial decorrente de aquisições feitas por ocasião da realização de oferta pública de aquisição de ações, em conformidade com este Estatuto ou legislação vigente e que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e, desde que, pelas quais tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao que seria pago na OPA20 por atingimento de Participação Substancial;
- III. no caso de atingimento involuntário da Participação Substancial;
- IV. no caso de subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;
- V. no caso de alienação de controle da Companhia, oportunidade em que deverão ser observadas as regras constantes do Artigo 41 deste Estatuto, mas não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável;
- VI. no caso de atingimento da Participação Substancial decorrente de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA20 por atingimento de Participação Substancial ou alterações em suas características em relação ao previsto neste item, desde que: (i) a Assembleia Geral seja realizada antes da aquisição de Participação Substancial; e

(ii) sejam impedidos ou se abstenham de votar os acionistas ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, conforme previsto neste artigo, que pretendam adquirir Participação Substancial e, ainda, aqueles acionistas que com eles tenham acordo para alienação de participação.

Parágrafo 4º - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º - A oferta pública de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no Artigo 4º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada:

- I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- II. ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA ;
- III. ser realizada de maneira a assegurar tratamento eqüitativo aos destinatários, permitir-lhes adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- IV. ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;
- V. ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e
- VI. ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no Artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02, observando-se os critérios estabelecidos no Parágrafo 1º acima para fixação do preço mínimo na oferta.

Parágrafo 6º - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, a Companhia não poderá registrar qualquer transferência de ações para o adquirente da Participação Substancial.

Capítulo IX

Conversão de Preferenciais em Ordinárias e Migração para o Novo Mercado

Artigo 52 – Caso o Veículo de Controle venha a deter menos de 35% (trinta e cinco por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente em razão da transferência de ações pelos Controladores Atuais, incluindo, mas não limitado às hipóteses de transferência em virtude da excussão de garantias, inclusive penhor ou alienação fiduciária em garantia, no momento de sua execução, cada ação preferencial de emissão da Companhia será, obrigatoriamente, convertida em 1 ação ordinária, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia sejam ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (a “Conversão”). Para fins deste Artigo, não será computada qualquer outra forma de diluição, seja em razão do aumento de capital não acompanhado pelos Controladores Atuais ou qualquer outra forma de redução percentual da participação do Veículo de Controle, com exceção da transferência voluntária de participação no capital votante da Companhia.

Parágrafo 1º – Para fins do disposto neste Estatuto Social, “Controladores Atuais” significa o acionista ou grupo de acionistas que subscrever a adesão da Companhia ao Nível 2 da BM&FBOVESPA (os “Controladores Atuais”); e “Veículo de Controle”, o veículo de investimento, seja ele uma pessoa jurídica ou um fundo de investimento, controlado pelos Controladores Atuais.

Parágrafo 2º - A Conversão será realizada na forma e no prazo a serem determinados pelo Conselho de Administração, o qual terá o prazo de 30 (trinta) dias para convocação da Assembleia Geral de que trata o parágrafo seguinte contados da data da alienação voluntária de ações pelos Controladores Atuais que resultou na titularidade de ações pelo Veículo de Controle abaixo de 35% (trinta e cinco por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

Parágrafo 3º - Na hipótese prevista no *caput*, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocar a realização de Assembleia Extraordinária para aprovar a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no mesmo prazo assinalado no parágrafo anterior.

Capítulo X

Dissolução e Liquidação da Companhia

Artigo 53 - A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Artigo 54 - A liquidação será efetuada por uma comissão liquidante designada pela Assembleia Geral, podendo tal nomeação cair na própria Diretoria.

Artigo 55 - A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, a duração do mandato da comissão liquidante e a respectiva remuneração, cabendo-lhe ainda eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

Capítulo XI

Arbitragem

Artigo 56 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

Capítulo XII

Disposições Finais

Artigo 57 - O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou grupo de acionistas, e respectivos sucessores, que já sejam titulares, em 27 de maio de 2011, de 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações representativas do capital social da Companhia, inclusive em relação a futuros acréscimos, aplicando-se exclusivamente àqueles que atingirem a referida participação após 27 de maio de 2011.

Parágrafo Único - O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social também não será aplicável aos Controladores Atuais, conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 52 deste Estatuto Social, inclusive em relação a futuros acréscimos de sua participação.

Artigo 58 – Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor."

*_*_*

ANEXO H

DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2013;
- (vi) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

*_*_*

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 26 de abril de 2013, às 9:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Ordinária:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras Anuais completas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a ratificação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2013;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2013;
- (vi) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (vii) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2013.

Em Assembleia Extraordinária:

- (i) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do parágrafo único do artigo 56 do Estatuto Social da Companhia para refletir as disposições do Regulamento da Câmara de Arbitragem da BM&FBOVESPA, em vigor desde 26 de outubro de 2011.

Instruções Gerais:

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).
- A Companhia procederá a publicação, no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” e no “Jornal do Comércio”, em suas edições do dia 27/03/2013, dos seguintes documentos: (i) Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2012; (iii) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e (iv) Parecer do Conselho Fiscal. A Companhia publicará ainda, na mesma data, de forma condensada, no “Valor Econômico”, editado na cidade de São Paulo, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e outros demonstrativos relativos ao exercício findo em 31/12/2012.
- O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165, conforme alterada.
- Para poder participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia, ou, relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes).

- Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 23 de abril de 2013, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Edair Deconto, Felipe Gaspar Oliveira, Guilherme Palhares ou Doris Wilhelm); por e-mail para ri@taurus.com.br ou doris.wilhelm@taurus.com.br; ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, A/C ou Doris Wilhelm.

Porto Alegre, 26 de março de 2013.

Luis Fernando da Costa Estima
Presidente do Conselho de Administração

*_*_*